

REVISTA

CASA COMUM

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

Nº. 09

ABRIL/MAIO/JUN 2024

Menina observa atividades na quadra esportiva da cidade de Paraty (RJ) à noite. Foto: Matthieu Rougé



BRASIL CONTINENTAL: OS DILEMAS DAS CIDADES DIANTE DA PERSPECTIVA DO BEM VIVER

PAPO RETO

"Uma cidade pensada no Bem Viver teria pessoas e natureza no centro da sua construção", defende especialista

Pag. 18

EM PAUTA

Mulheres reivindicam a cidade como lugar de cuidado e de vida

Pag. 28

MOBILIZE-SE

De formação de lideranças a tribunais populares: iniciativas engajam cidadãos para planejamento e gestão das cidades

Pag. 42

Acesse também
nossa revista digital



ISSN 2965-1433



9 772965 143009

02



Sumário

04 _____ EM DESTAQUE

O direito ao Bem Viver em meio às diferenças das cidades brasileiras

18 _____ PAPO RETO

“Uma cidade pensada no Bem Viver teria pessoas e natureza no centro da sua construção”, defende especialista

23 _____ RAIQ-X

Perfil de uma nação com desafios a serem superados para a garantia de direitos

28 _____ EM PAUTA

Mulheres reivindicam a cidade como lugar de cuidado e de vida

31 _____ EM PAUTA

Aldeias “invisíveis” nas cidades: indígenas enfrentam e superam desafios quando saem de seus territórios tradicionais

34 _____ ESTAÇÃO CRIANÇA

Brincar nas ruas da cidade é direito das crianças

37 _____ NA PRÁTICA

O protagonismo e o engajamento das juventudes para transformar seus territórios

40 _____ EM PERSPECTIVA

De repente 50 e uma importante questão: a sociedade está preparada para a longevidade da sua população?

42 _____ MOBILIZE-SE

De formação de lideranças a tribunais populares: iniciativas engajam cidadãos para planejamento e gestão das cidades

46 _____ CIDADANIA DIGITAL

Influenciadores digitais do Bem Viver: ativismo na construção de outro mundo possível

48 _____ AGENDA DE PRESSÃO

O direito à cidade por meio da participação popular: os planos diretores e os orçamentos participativos

50 _____ RETRATO BRASIL

Viver a cidade: um retrato atemporal do Brasil

Expediente

Realização: Sefras - Ação Social Franciscana

Diretor-presidente:

Frei José Francisco de Cássia dos Santos

Coordenação geral da revista:

Fábio José Garcia Paes

Coordenação editorial:

 **ESTÚDIOCAIS**
 PROJETOS DE INTERESSE PÚBLICO

www.estudiocais.com.br - ISSN 2965-1433

Jornalista responsável: Daniele Próspero

MTB: 39.137

Coordenação editorial: Daniele Próspero

e Rodrigo Bueno

Redação: Elvis Marques, Isadora Morena

e Maria Victória Oliveira

Coordenação dos canais digitais:

Maria Victória Oliveira

Produção dos canais digitais: Karynna Luz e

Maria Victória Oliveira

Revisão: Marta Pachiella Martinez

Articulação: Ruivo Lopes

Projeto gráfico e diagramação: Estúdio Oto

Conselho Consultivo: Adriana Charoux, Benilda Brito, Cristiane Faustino, Eleilson Leite, Darlei Zanon, Gabriela Consolaro, Ismar de Oliveira Soares, Mario Campagnani, Moema Miranda, Sandra Quintela e Tatiana Scalco.

Comitê Editorial: Fábio José Garcia Paes, Frei José Francisco de Cássia dos Santos, Frei Vagner Sassi, Frei Marx Rodrigues dos Reis, Rodrigo Zavala e Rosangela Helena Pezoti.

Parceiros institucionais: Agentes de Pastoral Negros do Brasil, Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, Agenda 2030, Articulação Economia de Francisco e Clara, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Casa Galileia, Ciranda, Coalizão Direitos Valem Mais!, Coalizão Negra por Direitos!, Coalizão pela Vida!, Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Escola de Ativismo, Escola Nacional Paulo Freire, Família Franciscana do Brasil, Frente Nacional Contra a Fome, Fórum Social Mundial, Franciscans International, Grito dos Excluídos, Instituto Peregum, Instituto Pólis, Movimento Laudato Sí, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento Nacional de Pop Rua, Movimento Nacional de Fé e Política, Paulus Editora, Periferia Viva, Plataforma DHesca Brasil, Rede de Advocacy Colaborativo, Rede de Trabalho Decente, Rede Jubileu Sul, Rede Nacional de Primeira Infância, Rede Brasileira de Conselhos, 6 Semana Social, Via Campesina e Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE).

Parceiro para impressão: Paulus Social

Editorial

A cidade e a utopia do Bem Viver

Esse é o grande mistério das cidades: elas crescem e se modificam, guardando porém sua alma profunda apesar das transformações do seu conteúdo demográfico, econômico e da diversificação de suas pedras.

Milton Santos – geógrafo e educador

As cidades, ao longo da história da humanidade, foram se constituindo como polos de concentração de residências, comércios e de diversas produções culturais e econômicas. Isso revela um circuito de relações que são baseadas em interesses que acentuam de forma contraditória e abismal a relação entre opressor e oprimido, entre o lucro e a miséria, entre o belo e o feio, entre a dignidade e a vulnerabilidade, entre o acúmulo e o desperdício, entre o direito e a exclusão.

Assim, no contexto contemporâneo, as cidades são espaços de interesses e disputas, nos quais tem prevalecido a exclusão como projeto político. A falta de uma gestão, sem planejamento urbanístico e orçamentário, por exemplo, é o indicativo de que há um projeto em curso no qual o contexto urbano deflagra um modelo de organização da vida que adocece.

Alguns analistas apontam, inclusive, que cidades como São Paulo e outras de grandes proporções devem ser assumidas como uma estrutura doentia, pois não propiciam a qualidade de vida para as pessoas e nem para a natureza – o concreto e a poluição vencem o fluxo da biodiversidade de rios, córregos e matas. Rios são transformados em valas de esgoto, áreas verdes em concreto, a terra não respira e nem produz, apenas é assentamento da rotina frenética e exploratória do ser humano; a anulação do natural, cria a superficialidade do utilitarismo.

Por isso, entender e analisar o contexto histórico de construção das cidades é um elemento necessário, em especial de forma massiva e popular, porque também traz questões que vão além de um espaço para morar e trabalhar. Os interesses econômicos são muito mais agressivos num território chamado cidade, no qual as pessoas são violentadas por falta de acesso às políticas

básicas como transporte coletivo, moradia, saúde, educação e lazer.

Como falar do direito à cidade quando uma população demora mais de três horas para se deslocar de sua moradia até o local de trabalho, em condições desumanas em ônibus, metrô e trem? Quando pais, mães e cuidadores de crianças não têm acesso a uma educação integral para deixar seus filhos? Quando se vive um calor de mais de 38 graus, em comunidades que não contam com espaços verdes e recreativos? Quando não se tem garantido a todos e todas o acesso à água potável, ao saneamento básico e à moradia digna?

Nesse contexto de urgência climática e desigualdade social gritante, planejar o acesso e o direito à cidade é organizar concretamente o Bem Viver no ambiente urbano. É fundamental estabelecer estratégias de governança para responder a esse contexto desafiador, que exige propostas programáticas no compromisso de vislumbrar o acesso ao cuidado à vida em todas as suas formas e existências.

Para dar passos mais resolutivos e impactantes a favor do direito à cidade para todas as pessoas, é preciso partir do princípio do direito da criança, do idoso, da pessoa com deficiência, de famílias mais empobrecidas. Afinal, uma cidade que não responde aos interesses de uma criança, é uma cidade que não responde ao direito humano e da própria natureza.

Pensar a cidade exige a coragem de assumir a complexidade de grandes decisões que estão para além de um plano momentâneo de governo, mas sim um Plano de Cidade, em que se supera qualquer tipo de omissão ou respostas inadequadas de governantes. Pensar a cidade é um projeto de pacto societário, comunitário e que deve ser pavimentado pela diversidade e pelo apoio permanente de todos os setores e segmentos, a partir da tática de um Plano e Orçamento Participativo.

Diante dessa reflexão, fica a pergunta geradora: como superar a mera mecanicidade das relações e interesses que engendram a lógica de poder das cidades, para a promoção efetiva de uma fraternidade universal e do Bem Viver? Pistas e dicas são narradas nas próximas páginas.

Fica aqui também o convite para nos mobilizarmos para a construção de espaços e ferramentas que sejam efetivamente participativas e permanentes e que respondam aos desejos e interesses da maioria de cidadãos e cidadãs sem direitos.

Boa leitura e mobilização!

Sobre a revista

A Revista Casa Comum é uma publicação trimestral de iniciativa do **Sefras - Ação Social Franciscana** em parceria com importantes atores, organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes. Acesse: www.revistacasacomum.com.br



@RevistaCasaComum

Contato

Endereço de correspondência:
 Rua Rodrigues dos Santos, 831, Brás
 São Paulo/SP - CEP: 03009-010
 Para contato com a redação:
contato@revistacasacomum.com.br
 Site: www.revistacasacomum.com.br

Inscriva-se para receber nosso boletim informativo com as novidades da Revista Casa Comum. Você pode fazer parte também da Comunidade Casa Comum no WhatsApp ou receber a revista impressa na sua casa.

revistacasacomum.com.br/inscreva-se

EM DESTAQUE



Ação de entrega de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social nas periferias de São Paulo durante a pandemia de Covid-19, em junho de 2021. Foto: Matheus Alves

O DIREITO AO BEM VIVER EM MEIO ÀS DIFERENÇAS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Garantia de direitos humanos aliada ao cuidado efetivo e estratégico com a natureza é um desafio no contexto urbano brasileiro, diante de municípios que cresceram com pouco ou sem nenhum planejamento ou diretriz social e ecológica.

Por Maria Victória Oliveira

Não é por acaso que mulheres negras, grupo que historicamente sofre uma multiplicidade de violências, está há, pelo menos, 10 anos pautando o Bem Viver.

O ano era 2015 quando Nilma Bentes, engenheira agrônoma, ativista do movimento negro e uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), viu a sua proposta da Marcha Nacional de Mulheres Negras tomar as ruas de Brasília pautando o tema “contra o racismo e pelo Bem Viver”. A própria Nilma havia conhecido o conceito do Bem Viver um pouco antes, em 2009, e entendeu que abordar esse assunto seria uma forma de expandir o debate para além do racismo e, com isso, trazer mais pessoas ao movimento.

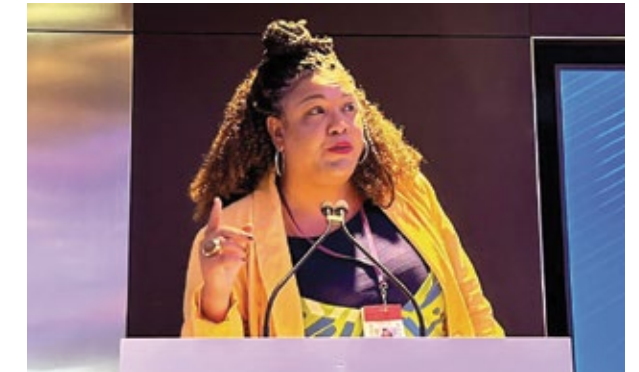


Para ser franca, o Bem Viver já existia, mas não tinha esse nome. Naquela época, eu tive a ideia de usá-lo para ligar a questão racial com outros pontos macro da sociedade. Uma das primeiras coisas que alinhamos foi a não mercantilização do viver e dos bens da natureza, além do combate ao consumismo, a priorização do coletivo e não ao individualismo, o respeito à ancestralidade positiva e o direito à natureza e dos bens comuns, como defendia Eduardo Galeano [jornalista e escritor uruguaio]”, reflete.



Nilma Bentes. Foto: Joyce Cursino

Hoje em dia, além de continuar falando sobre o Bem Viver – que vai, novamente, ser tema da edição 2025 da Marcha Nacional, juntamente com um chamado por reparação histórica –, Nilma agrega outras terminologias, herdadas de saberes ancestrais. É o caso de Ubuntu, filosofia africana, fundada em conceitos como respeito, solidariedade e humanidade, e Teko Porã, termo em guarani que significa “belo caminho” ou Bem Viver. “O Ubuntu é muito bonito. Ele fala que ‘eu sou porque nós somos’. Quando vamos a fundo nessa frase, entendemos que nem existe o outro, pois, se eu sou porque tu és, então nós somos um.”



Naiara Leite. Foto: Comunicação Instituto Odara

Para Naiara Leite, coordenadora executiva do Odara – Instituto da Mulher Negra, uma organização negra feminista, centrada no legado africano, sediada em Salvador, na Bahia –, Ubuntu convoca um pensamento centrado em generosidade e solidariedade. “Se esses princípios não fossem tão centrais em nossas comunidades, muitas de nós teriam morrido de fome”, defende. Representante da Articulação de Mulheres Negras (AMNB) no Comitê Nacional, responsável pela organização da Marcha em 2015, Naiara analisa que as comunidades negras e indígenas conseguiram preservar, ao longo do tempo, uma outra ideia de generosidade humana e vivência coletiva.



Chama uma mulher negra para conversar sobre o que é política econômica e ela vai te dizer que, na rua dela, quando falta comida, as mulheres negras se juntam para ajudar a outra a se alimentar. Mesmo com toda a miséria do racismo e da escravidão, nós conseguimos manter essa ideia de povo, de nação, de solidariedade coletiva comunitária. E se olharmos outros grupos da sociedade, dificilmente vamos encontrar isso.”

A coordenadora problematiza que só será possível avançar quando a sociedade acreditar no Bem Viver não como uma utopia de mulheres negras ou indígenas, mas quando pessoas não mais se permitirem viver e projetar política em um modelo de sociedade estruturada pelo colonialismo e capitalismo racista patriarcal, no qual parcelas importantes da população estejam morrendo e sendo excluídas de espaços de poder.

“O Bem Viver, enquanto projeto político de nação, traz uma concepção a partir de uma cosmovisão. Às vezes vejo campanhas eleitorais que falam ‘por uma sociedade do Bem Viver’. E fico me perguntando se estão compreendendo o que estamos falando, porque um projeto centrado no agronegócio ou na morte das crianças negras não pode estar falando de Bem Viver”, problematiza Naiara.

Conceituando o Bem Viver

Mas o que é, afinal, o Bem Viver? Alberto Acosta, economista e político equatoriano, defende, em seu livro *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos* (2016), que a democracia, os direitos humanos e a natureza são pilares centrais e fundamentais para pensar em um outro mundo.

Reconhecendo as origens ancestrais do conceito, Acosta elenca alguns princípios que o Bem Viver traz consigo, como “sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementaridade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua”, questionando uma visão eurocêntrica do bem-estar.

Segundo o pensador, apesar de representar um desafio, é possível praticar o Bem Viver em outros lugares do planeta, inclusive em países industrializados e em “comunidades imersas no turbilhão do capitalismo”, e não limitar o debate às realidades andinas e amazônicas, que são duas entre as várias fontes inspiradoras do conceito.

Outro documento que pauta o bem comum é a Encíclica *Laudato Si'*, publicada pelo Papa Francisco em 2015. Em maio, a Encíclica completou nove anos, mas seu chamado continua mais atual do que nunca: para que “todas as

pessoas de boa vontade” considerem o cuidado com a Casa Comum e tenham em mente a urgência imposta pelas mudanças climáticas, causadas, sobretudo, pela ação humana. Confira, no site da revista, uma nota em razão do aniversário da Encíclica e a relação entre a mensagem da Carta e a importância de ações climáticas no âmbito das cidades, e o encontro que Papa Francisco teve com líderes das principais cidades do mundo.

>> Acesse: bit.ly/LaudatoSi9anos 


Complexidade do tema

Apesar do que defende Alberto Acosta, parece um desafio e tanto pensar em estratégias em uma tentativa de aplicar o Bem Viver e seus princípios em cidades que foram desenvolvidas sem planejamentos urbanos aprofundados ou grandes preocupações com o direito das pessoas ou da natureza. Afinal, o crescimento urbano desenfreado que o Brasil tem testemunhado há décadas exclui, segrega e nega que corpos em suas infinitas diversidades tenham assegurados os seus direitos de existir e de ir e vir nas cidades.


Melhorar o cenário atual dos municípios, entretanto, é uma preocupação global. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 – que visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis – prova não só que o tema é fundamental, mas também mostra como a agenda acarreta muitas outras temáticas: moradia, mobilidade, alimentação, urbanização sustentável, adaptação a mudanças climáticas, garantia de direitos de todos e todas, acesso à água e ao saneamento, e mais.

O que discutir quando falamos em direito à cidade?

O Instituto Pólis, organização da sociedade civil que pauta e busca fortalecer a luta pelo direito à cidade, compreende que essa temática pode ter muitas frentes, dimensões e compreensões. Por isso, em sua formulação, dividiu a agenda em cinco componentes: cidades inclusivas e sem discriminação; democracia e participação política; economia solidária, circular e inclusiva; cidades ambientalmente equilibradas e sustentáveis; e espaços públicos e serviços de qualidade. (Confira, no Papo Reto, entrevista exclusiva com Rodrigo Iacovini, diretor-executivo do Instituto, na página 18.)

>> Conheça os componentes: bit.ly/RCC_09_02 

Já o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) promoveu cinco Seminários Bússola – para a Construção de Cidades Resilientes, cada evento pautando um eixo fundamental, de A a E, para que candidatos e cidadãos priorizem o desenvolvimento sustentável na tomada de decisão: água e alimentos; biodiversidade; clima, cidades e comunidades; democracia, diversidade e dados; e economia, equidade e empregos.

>> Confira os Seminários Bússola: bit.ly/RCC_09_03 

A multiplicidade das cidades brasileiras

A um contexto de multiplicidade de temas dentro da agenda das cidades, soma-se outra problemática: a heterogeneidade dos municípios brasileiros. Em um país continental como o Brasil, existem inúmeras realidades entre os seus 5.570 municípios, diferentes em termos de tamanho, localização, número populacional, clima, demandas e especificidades do território.

Ministério das Cidades

Pensando em uma forma de ter um espaço destinado especificamente a pensar nos desafios e na problemática das cidades brasileiras e toda a complexidade trazida pelas diferentes características e demandas entre elas, foi criado o Ministério das Cidades (MCID), órgão da administração pública federal responsável por tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito.

Para endereçar tantas temáticas, o MCID conta, além de órgãos colegiados como o Conselho das Cidades e, também, as assessorias, com cinco Secretarias Nacionais: de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, de Mobilidade Urbana, de Saneamento Ambiental, de Habitação e, ainda, uma inovação com a criação da Secretaria Nacional de Periferias.

>> Conheça o Ministério das Cidades: bit.ly/RCC_09_04 



Conheça os ODS

ODS é a sigla para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma agenda mundial pautada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 e assinada por 193 países, incluindo o Brasil. Compostos por 17 objetivos e 169 metas a serem alcançados até 2030, os ODS abordam ações mundiais necessárias para responder a desafios globais, como fome, pobreza, saúde, educação, desigualdade de gênero, entre muitos outros.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_09_01 



Ruas da cidade de Cuiabá (MT). Foto: Matthieu Rougé

De acordo com o *Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil* (IDSC-BR), do Programa Cidades Sustentáveis – que usa 100 indicadores para avaliar a classificação dos municípios brasileiros quanto ao progresso do cumprimento dos 17 ODS –, 85 das 100 cidades que melhor pontuaram são do estado de São Paulo. No top 100, não há nenhuma cidade das regiões Norte e Nordeste, que, ao contrário, predominaram nas últimas posições. Os 10 municípios com as piores classificações são de três estados: Maranhão, Amazonas e Pará.

O Índice tem 100 como pontuação máxima. Ou seja, até a melhor colocada, São Caetano do Sul, em São Paulo, com 63,42 pontos, está distante do desempenho máximo na agenda dos ODS. A pior, por sua vez, é Buriticupu, no Maranhão, com 29,79 pontos.

Para Igor Pantoja, coordenador de relações institucionais do Instituto Cidades Sustentáveis, um fenômeno que explica esse cenário é uma questão histórica e estrutural de investimento concentrado em certas regiões do país que já são privilegiadas, mas não só isso.



Igor Pantoja. Foto: Divulgação Instituto Cidades Sustentáveis



“Acredito que há uma desatenção para questões do fenômeno urbano fora das grandes cidades. Em municípios médios, há o crescimento urbano, mas sem o desenvolvimento nas cidades, com grandes loteamentos e avenidas, muito carro e pouca valorização do espaço verde. Nas cidades da Amazônia, entre as piores colocadas do Índice, uma contradição fica muito evidente: ao mesmo tempo que há um potencial gigantesco da bioeconomia, muitas cidades não têm saneamento. Olhar para esses municípios é uma questão estratégica para reverter os efeitos do desmatamento e de grandes problemas ambientais, de violência e ilegalidades na região”, aponta.

Segundo Igor, o Índice será uma das principais ferramentas que o Instituto irá utilizar ao longo de 2024, a fim de identificar qual é o cenário atual dos municípios, o que foi possível avançar e os principais desafios, a fim de orientar eleitores(as) na hora da escolha de seus candidatos(as) durante as eleições municipais em outubro. Ainda, alguns temas gerais irão orientar a análise dos contextos: redução das desigualdades, mudanças climáticas e democracia.

>> Fique por dentro: bit.ly/RCC_09_05 



O Mapa da Desigualdade entre as Capitais, outra iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis, usa 40 indicadores para avaliar as 26 sedes estaduais brasileiras, e os resultados são alarmantes. No âmbito do ODS 11, Campo Grande (MS) tem o melhor indicador, com 1,4% dos domicílios em favelas. Já Belém (PA) fica com o pior indicador, com 55% dos domicílios nessa situação.

No desempenho geral, que considerou a soma dos pontos dos indicadores, enquanto o melhor colocado, Curitiba (PR), pontuou 677, o pior, Porto Velho (RO), somou 373. “Além de uma questão histórica de desigualdades, Porto Velho tem um fenômeno muito importante que é a degradação urbana de uma cidade que recebeu duas hidrelétricas nos últimos 20 anos. A violência com que esses projetos chegam em uma cidade é muito destrutiva”, analisa Igor.

Ele vê com preocupação a situação das capitais brasileiras, que abrigam 43 milhões de pessoas – ou 22% da população. “Outros indicadores do mapa também mostram que as capitais, que deveriam ser, entre outras, as melhores cidades de cada estado, já que têm mais recursos, estão passando por uma situação muito preocupante em alguns temas que não é só infraestrutura, mas acesso a serviços básicos.”

Intersetorialidade e participação

Considerando esses verdadeiros abismos que separam os municípios brasileiros, Igor defende que as soluções sejam pensadas de acordo com as demandas de cada localidade. Em sua visão, o caminho é investir na intersetorialidade, isto é, fazer com que diferentes áreas conversem entre si para a proposição de ações conjuntas.

“Na saúde, por exemplo, uma política intersetorial não olha apenas se há uma Unidade Básica de Saúde perto da casa da pessoa, mas também se há escolas e creches, se a família tem alguma renda, se sua alimentação está boa, se ela tem acesso a benefícios sociais. É uma análise mais complexa para propor intervenções específicas para aquele território. Isso pode ser feito em qualquer tamanho de cidade e não custa quase nada. O que custa é redesenhar a máquina pública para pensar dessa maneira”, reflete, destacando que essa pode ser uma saída interessante para que municípios pequenos, por exemplo, que, em muitos casos, enfrentam cenários de falta de recursos, consigam otimizá-los.

E essas propostas podem partir da própria população, desde que ela tenha instrumentos que facilitem sua participação. Igor cita a territorialização das políticas públicas no sentido de o poder público, em primeiro lugar, ter uma abertura ao diálogo, com processos de escuta aberta e efetiva das demandas nos territórios, para, em seguida, promover a participação e a descentralização, isto é, que as regiões da cidade também tenham a capacidade de formulação de políticas.

“São Paulo tem 32 subprefeituras, cada uma com quase 500 mil habitantes. Isso é maior que 99% das cidades brasileiras. Não há como termos cidades inclusivas sem escuta

no território, e se a população não tiver incidência sobre a própria região. Quando a pessoa vê acontecer o que ela propõe, se sente empoderada e há um fortalecimento da comunidade local”, defende Igor, que reforça a importância de uma política permeável, que possa ser implementada de formas diferentes.

Política excludente

Diante de um contexto de demandas diferentes em cada localidade, para Renato Pequeno, arquiteto e urbanista, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) e coordenador do Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB), a elaboração de diagnósticos territoriais pode oferecer uma melhor compreensão dos desafios que cada localidade enfrenta e, a partir disso, é possível o desenvolvimento de análises a fim de verificar se são questões pontuais ou generalizadas.




Renato Pequeno. Foto: Arquivo pessoal



“Chamamos isso de espacialização, ou seja, o que são esses problemas, qual é o seu tamanho, quem está diretamente envolvido, quem provoca e quem sofre e, ainda, se já houve tentativa na cidade ou na comunidade de solucioná-los. O diagnóstico nos ajuda a entender quais partes da cidade ou do território estão sendo planejadas e em quais fatias conseguimos enxergar esses desafios, além dos atores sociais e sujeitos envolvidos.”



6ª Conferência Nacional das Cidades

Os processos diagnósticos citados por Renato podem ser debatidos durante as etapas municipais e estaduais da 6ª Conferência Nacional das Cidades, que acontecem, respectivamente, entre abril e junho, julho e setembro. A etapa nacional do evento tem como tema “Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social”. A cartilha da 6ª CNC já está disponível a fim de inspirar debates sobre uma construção coletiva do futuro das cidades brasileiras. Acesse: bit.ly/RCC_09_06 

Renato usa o exemplo da moradia para afirmar que é fundamental analisar cada território e região individualmente, sem uma mesma solução para todos. “A questão da moradia no Ceará, por exemplo, é muito diferente do Pará. No Ceará, se eu disser que moro em

uma casa de madeira, vão dizer que moro em um barraco. Mas uma casa de madeira na Amazônia é uma moradia tradicional das comunidades ribeirinhas, habituada ao regime de cheias e de seca das águas, diferente do que aconteceu agora no Rio Grande do Sul.”



Rio Guaíba, usina do gasômetro, em Porto Alegre, após chuva intensa em maio. Foto: Gilvan Rocha/Agência Brasil

O desafio das mudanças climáticas

No contexto da América Latina e Caribe, o Brasil foi, em 2022, o país com o maior número de pessoas deslocadas em razão de eventos climáticos, como cheias e enchentes, com 708 mil deslocamentos, segundo o *Relatório Mundial sobre Migração de 2024*, uma iniciativa da Organização Internacional para as Migrações (OIM). No mundo todo, entre as 71,2 milhões de pessoas deslocadas internamente em 2022, 8,7 milhões o fizeram devido a desastres.

Especialistas e estudiosos alertam que, daqui para frente, os fenômenos climáticos serão cada vez mais frequentes e intensos. O Brasil deve esperar novos acontecimentos ainda em 2024 em razão de massas de ar – sejam naturais sejam provocadas pela ação humana – que contribuem para muitas chuvas ou a falta delas, como explica Humberto Barbosa, fundador e coordenador do Laboratório de Processamento de Imagens de Satélite da Universidade Federal de Alagoas (Lapis), via reportagem do UOL.

O cenário torna-se ainda mais preocupante diante da declaração de Cláudia Lins, gerente de sustentabilidade da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Segundo ela, apenas 22% dos gestores de 3,6 mil cidades brasileiras pesquisadas consideram seus municípios preparados para enfrentar as mudanças climáticas. Os dados são de um estudo ainda em andamento, conforme divulgado pela Agência Brasil.

Confira:

- Relatório Mundial sobre Migração 2024 (em inglês): bit.ly/RCC_09_07 ➡
- “Muitos extremos climáticos podem atingir país em 2024”, alerta pesquisador: bit.ly/RCC_09_08 ➡
- Apenas 2 em cada 10 cidades estão preparadas para mudanças climáticas: bit.ly/RCC_09_09 ➡



A 7ª edição da Revista Casa Comum trouxe como pauta central, em todas as suas matérias e reportagens, o “Planeta em colapso: a urgência do agir ecológico”. Acesse a revista que está disponível em: bit.ly/RCC_7ed ➡

Seja qual for o cenário, Renato entende que as condições de moradia correspondem a um dos melhores indicadores para perceber quão desigual uma cidade é, ao analisar se há, num mesmo espaço, pessoas vivendo muito bem e outras muito mal. O desafio remonta do período ao final da escravidão, quando não houve preocupação com a

moradia, o que vem se replicando historicamente com a origem de favelas e quilombos.

“Ao longo do tempo, Fortaleza recebeu levas de retirantes que fogem da seca no sertão e chegam na cidade. Sem ter onde morar, no início, a população ficava em verdadeiros campos de concentração. Mas à medida que a própria cidade começa a absorver essas pessoas, isso faz com que mais de 40% da população de Fortaleza viva em favelas. E eu temo que o próximo Censo aponte que seja a metade. É aí que conseguimos perceber que as políticas de desenvolvimento urbano são excludentes e não têm cumprido o seu papel”, analisa Renato.

Para ele, as políticas têm sido a favor do setor imobiliário, garantindo a construção de edifícios e um processo de gentrificação, em que a população pobre vai sendo deslocada para áreas precárias e substituída por aquela que consegue atender ao que o mercado exige. “Nesse sentido, eu digo que, infelizmente, a política de desenvolvimento urbano tem chegado às cidades não para combater, mas para reforçar as disparidades sociais.”

Favelas e periferias como parte do tecido urbano

“Os dados sempre foram – e hoje são ainda mais – importantes para pautarmos qualquer ação ou lutarmos por políticas públicas.” A frase é de Maria Ribeiro, produtora de conteúdo do data_labe, organização da sociedade civil em formato de laboratório que promove a democratização do conhecimento por meio da geração, análise e divulgação de dados com foco em raça, gênero e território a partir do Complexo da Maré, um bairro composto por 16 favelas e 140 mil habitantes localizado na zona Norte do Rio de Janeiro.

Um exemplo dessa atuação é o Cocôzap, do qual Maria é codesenvolvedora: um projeto de mapeamento, incidência e participação cidadã sobre saneamento básico em favelas, no qual as pessoas enviam para um número de WhatsApp denúncias, fotos, vídeos e narrativas sobre lixo e esgoto no Complexo da Maré. Segundo o Censo de 2022, 62,5% da população do Brasil mora em domicílios conectados à rede de coleta de esgoto.

Para ela, o racismo ambiental é um fenômeno que ajuda a explicar muitas violações de direitos que populações periféricas – como a da Maré – sofrem: descaso com a saúde pública, falta de um planejamento urbano que oriente a construção das moradias – que são feitas de forma irregular –, exposição a doenças e poluição de vias expressas, poucas áreas verdes, falta de opções de lazer,

como praças e parques, difícil acesso a outros espaços da cidade, grande tempo de deslocamento, falta de coleta de lixo, difícil acesso à alimentação de qualidade, entre muitos outros desafios.

Natural do Ceará e criada na Maré desde os dois anos, Maria comenta que, por conta de todas essas “faltas”, a população periférica “aprende a se virar”, com suas formas próprias de sobreviver e celebrar. Assim, a *social media* reforça a importância de as periferias terem um espaço na elaboração de soluções, uma vez que suas vozes devem ser ouvidas.



Maria Ribeiro. Foto: Arquivo pessoal

“ **Muitas favelas e periferias estão produzindo seus dados e formas de pensar sua história. Então ninguém vai contar minha história, eu vou contar. Nós temos a contribuir para o restante da cidade. Se vocês querem saber sobre nós, deixem que a gente conta. Se você quer trazer alguma melhoria para cá, deixa que eu te conto o que eu preciso. Não faça qualquer coisa que você acha que é melhor**”, defende Maria.

Confira outras iniciativas promovidas pelo Brasil na reportagem “*A perspectiva das periferias brasileiras sobre o Bem Viver nas cidades*”, no site da Revista Casa Comum, disponível em: bit.ly/BemViverPeriferias

Renato Pequeno, da UFC, cita outro exemplo que prova que as populações locais conhecem suas demandas melhor do que ninguém. Foi a partir de um processo de mapeamento de potências das periferias, realizado no âmbito do *Observatório das Metrôpoles nas Eleições: outro futuro é possível*, em articulação com a Secretaria Nacional de Periferias (SNP), do Ministério das Cidades, que o núcleo de Fortaleza, do qual Renato faz parte, conheceu a experiência das cozinhas solidárias.

“ **Elas surgiram no auge da pandemia dentro de grandes conjuntos habitacionais, verdadeiros depósitos de gente, onde a população foi largada em uma periferia distante. Em muitos casos, a construtora inclui no programa salões de festas que não eram utilizados. Esses espaços foram transformados em cozinhas comunitárias e, a partir daí, quem estava passando fome, deixou de passar. Quem consegue enxergar aquela necessidade é quem está com dor de estômago de fome.**”

Ele também cita o programa Mães Crecheiras, que conheceu quando visitou a favela Monte Azul, localizada na região do Campo Limpo, na zona Sul de São Paulo. A iniciativa oferece formação para as chamadas “mães crecheiras” para que elas recebam um salário para ficar com as crianças de sua rua enquanto as outras mães vão trabalhar. “Esse tipo de alternativa vai emergir da necessidade que os grupos estão passando. E cabe ao Estado saber captar isso e disseminar como política pública.”

Na 8ª edição da Revista Casa Comum, Tiaraju Pablo D’Andrea, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e coordenador do CEP (Centro de Estudos Periféricos), produziu um artigo sobre “A urgência da pauta ambiental nas periferias urbanas”. Acesse o texto completo em: bit.ly/EmPerspectiva8ed



Observatório das Metrôpoles nas Eleições: um outro futuro é possível

Iniciativa do Observatório das Metrôpoles, um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), conduzido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC), o *Observatório das Metrôpoles nas Eleições: um outro futuro é possível* tem como objetivo incidir na agenda pública em um ano eleitoral como 2024. Ao todo, serão elaborados 240 artigos de opinião por pesquisadores(as) dos 18 núcleos regionais sobre temas como: Segregação Urbana e Desigualdades; Governança Metropolitana; Gestão Democrática e Participação Cidadã; Illegalismos e Serviços Urbanos; entre outros.

>> Conheça: www.observatoriodasmetrolopes.net.br



Horta em Ocupação 8 de Março, localizada no bairro de Boa Viagem, zona Sul do Recife (PE). Foto: Sarah Vidal/FASE - PE

Agricultura nas cidades e segurança alimentar

Outra pauta fundamental dentro das muitas temáticas no cenário urbano é a alimentação. Direito à cidade e soberania alimentar são duas das quatro causas de atuação da FASE – Solidariedade e Educação, organização fundada em 1961 com foco em desenvolvimento local, comunitário e associativo.

“Colocamos no centro [de nossa atuação] o fortalecimento sociopolítico dos sujeitos coletivos periféricos sobre a prática e a incidência ao direito à alimentação saudável e acesso a áreas agricultáveis, podendo decidir sobre o que e como cultivar. Assim, ajudamos a recuperar os saberes populares ancestrais por meio da agroecologia, em contraposição ao modelo hegemônico de se relacionar com os recursos naturais e a produção de alimentos que, comprovadamente, impactam no aquecimento global e nas mudanças climáticas”, explica Luiza de Marillac Melo, coordenadora da FASE Pernambuco.

Atuações como a da FASE Pernambuco ganham ainda mais importância ao se considerar o cenário da fome e insegurança alimentar no Brasil. Segundo análise do Instituto Fome Zero, houve uma redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar grave: de 33 milhões, no primeiro trimestre de 2022, para 20 milhões, no quarto trimestre de 2023.

Para colocar em prática o fortalecimento sociopolítico ao qual Luiza se refere, a FASE atua com comunidades do Recife com um objetivo múltiplo: discutir a segurança e soberania alimentar a partir de uma prática agroecológica, fortalecer o senso de comunidade e empoderar mulheres. É o caso da experiência em Ilha de Deus, uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), na zona Sul da capital que, recentemente, recebeu sua primeira horta comunitária construída por mulheres periféricas a partir do projeto Fortalecendo Mulheres e Suas Práticas Coletivas de Direito à Cidade com Justiça Socioambiental, desenvolvido pela FASE com apoio de Misereor, organização alemã da igreja católica.



Luiza de Marillac Melo. Foto: Rebecka Santos/FASE - PE

“ O território da Ilha de Deus é daqueles lugares em que reconhecemos imediatamente a força do trabalho comunitário. Ali o diferencial é a própria comunidade, que se reinventa, se articula, se integra e sobrevive, especialmente com a forte atuação das mulheres, público parceiro dos mais consistentes de nossos objetivos e ações. Apesar das várias formas de desigualdades que se abatem sobre elas, estão sempre liderando e inovando processos participativos comunitários. As mulheres têm relatado para nós que estar nas hortas é, para além da produção de alimentos, uma oportunidade para as trocas, as identificações mútuas e uma terapia coletiva”, compartilha Luiza.

Além de todos esses benefícios, investir em espaços urbanos destinados à agricultura também traz vantagens ao meio ambiente. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a adoção de práticas agroecológicas fortalece a resiliência climática, podendo resfriar 0,2 graus na temperatura das cidades, além de outros aspectos, como a geração de emprego e renda e a redução das emissões com transporte.

Apesar dessas iniciativas, Luiza pontua que a FASE demanda a centralidade do Estado na agenda, considerando

que a fome é um dado estrutural da realidade urbana brasileira, especialmente das periferias. “Para nós, não se combate a fome e nem se enfrenta o problema nutricional das cidades com o consumo de alimentos multiprocessados – muitos dos quais ainda são dominantes na tabela nutricional da merenda escolar pública. A fome e a segurança nutricional dependem essencialmente da produção de alimentos de verdade, agroecológicos e diversos, o que difere da visão predatória que tem o agronegócio, que envolve desmatamento, agrotóxico e monocultura.”



A 3ª edição da Revista Casa Comum teve como pauta central o tema “Há espaço para uma nova economia brasileira?”, assunto fundamental para repensar as cidades a partir de economias transformadoras. Na ocasião, Sandra Quintela, economista, educadora popular, articuladora da Rede Jubileu Sul [jubileusul.org.br] e presidenta do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs) [pacs.org.br], destacou que, ao pensar um modelo econômico que visa colocar uma vida plena, vida digna, no centro, “é preciso questionar o mercado e o financiamento, as formas de produção do capitalismo que considera apenas o valor de troca e não o que tem valor de uso, como o trabalho de cuidado doméstico, o trabalho de manutenção das relações sociais, que faz parte da construção da teia da vida, e sem a teia da vida não há economia.” Confira a edição na íntegra: bit.ly/CasaComum_3ed

Fique por dentro

- Agricultura nas cidades: uma aliada no combate à fome e às mudanças climáticas: bit.ly/RCC_09_10
- Alberto Acosta: O “Bem Viver”: bit.ly/RCC_09_11
- Censo 2022: rede de esgoto alcança 62,5% da população, mas desigualdades regionais e por cor e raça persistem: bit.ly/RCC_09_12
- data_labe: datalabe.org
- FASE: fase.org.br
- Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR): idsc.cidadessustentaveis.org.br
- Instituto Fome Zero: Evolução da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Indicadores macroeconômicos, preços de alimentos e perspectivas futuras: bit.ly/RCC_09_13
- Livro “O Bem Viver – uma oportunidade para imaginar outros mundos”: bit.ly/RCC_09_14
- Mapa da Desigualdade entre as Capitais: bit.ly/RCC_09_15
- Marcha das Mulheres Negras: contra o racismo e pelo Bem Viver: bit.ly/RCC_09_16
- Odara – Instituto da Mulher Negra: institutoodara.org.br
- Secretaria Nacional de Periferias (SNP): bit.ly/RCC_09_17
- Teko Porã: a filosofia do bem viver na sabedoria guarani: bit.ly/RCC_09_18
- Ubuntu: a filosofia africana que nutre o conceito de humanidade em sua essência: bit.ly/RCC_09_19

Vozes em ação

Por Isadora Morena

Experimentar a cidade pela arte: Janvita Ribeiro, artista e produtora, defende políticas de acesso à cultura para todos



Janvita Ribeiro. Foto: Alan Rodrigues

Janvita Ribeiro é uma jovem potiguar de 28 anos, formada em Publicidade e Propaganda e mestra pelo Programa de Gestão e Inovação em Saúde, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Porém, é como realizadora cultural, DJ e artista em múltiplas linguagens que ela se identifica, articulando diversas cenas culturais na cidade de Natal, em especial às conectadas à comunidade LGBTQIA+.

Mulher trans, Janvita conta como ocupar a cidade a fez reconhecer a si mesma, o que foi essencial no processo de construção de sua identidade.

Vinda de uma família tradicional, com pai militar e mãe enfermeira, ela teve uma infância cheia de restrições. “Eu sempre fui um corpo, uma pessoa muito à flor da pele a nível de tudo, de comportamentos, de gostos e de trejeitos. Então, acho que isso sempre foi algo rastreado pela minha família de uma maneira que foi muito sintomática para eu ter tido uma criação realmente bem reservada”, relata.

Isso começa a mudar no final do período escolar, quando ela passa a “experimentar a cidade e as suas possibilidades enquanto cultura, diversão, entretenimento e lazer”, afirma. Esse processo se consolida na universidade, quando Janvita se depara com realidades muito diferentes da sua, uma verdadeira “universidade de pessoas, incidências e vivências”, como ela conta.

Apaixonada pelos elementos da cultura pop, em especial o reality show “RuPaul’s Drag Race”, programa televisivo que exhibe um concurso de artistas que disputam o título de *Drag Queen Superstar*, Janvita passa a se aproximar da cultura *Ballroom** local e a performar como *Drag Queen* na cidade.

* **Ballroom** é um movimento político e de entretenimento, surgido nos Estados Unidos no final do século XIX, que visava o fortalecimento da diversidade de sexualidade, gênero e raça com a criação de concursos de beleza voltados para *drag queens* e pessoas trans, além de outras expressões culturais.

“

Foi em um evento na Ribeira [bairro histórico de Natal] que eu performei como *Drag* pela primeira vez. Naquele instante aconteceu uma identificação nata, uma percepção de que eu já existia nesse lugar e não sabia. Quando chego nesse espaço, ali na Ribeira, com performance *Drag* e *house music*, com pessoas cantando e se divertindo, eu me encontro em casa. E a partir desse momento, é uma história que não terminou ainda.”

De *Drag* e *DJ*, ela passa a produzir seus próprios eventos, até virar sócia de um clube noturno chamado Frisson. O espaço cultural, criado em março de 2024, funciona na mesma Ribeira que a lançou e a fez se entender como pessoa trans. Apesar de a casa lotar e já ser referência na cidade, Janvita enfatiza a dificuldade que é produzir arte e entretenimento dissidente devido ao preconceito da sociedade, assim como o abandono do poder público tanto do bairro em si quanto do próprio setor cultural.



Hoje, infelizmente, a gente ainda vê a questão das redes colonialistas, uma classe política que constrói uma cidade para si, enraizada nesse colonialismo. É uma cidade que, quando se readequa, o faz para a elite, não para os populares. É uma cidade que, quando a gente pensa em investimento para a cultura, é um investimento burocrático”, enfatiza.

A falta de políticas públicas de promoção e acesso, segundo ela, tem levado a população a consumir cultura de forma massiva pela Internet. Para Janvita, “é indispensável que a gente volte a acessar a cultura de maneira presencial e humana, a partir do olhar, do toque, da aula, de uma pessoa na frente, da oficina. Isso é uma vivência que nunca tem que deixar de existir.”

Janvita defende que é preciso batalhar sempre pela cultura viva, que movimenta a cidade, que a faz se deslocar. “A minha ferramenta, a minha arma, é através da cultura”, afirma.

>> Conheça: www.instagram.com/ajanvita

No site da Revista Casa Comum, a matéria “Cidades vivas: a cultura como expressão do bem comum”, traz novas reflexões sobre as políticas culturais no âmbito dos territórios.

>> Confira em: bit.ly/CulturaEBemViver



Ivan Baron. Foto: Raissa Nayama

Uma cidade em que ninguém fique para trás: Ivan Baron luta por inclusão plena

Fazer com que as pessoas com deficiência (PCDs) possam ter a liberdade de sair de suas casas e ocupar as cidades é uma das principais bandeiras de luta de Ivan Baron, outro jovem potiguar, de 25 anos, muito conhecido nas redes sociais como influenciador digital e também por ter subido a rampa do Palácio do Planalto junto à Lula em sua posse como presidente, em janeiro de 2023.

Conhecido como o “influenciador da inclusão”, Ivan tem mais de 500 mil seguidores no seu perfil do Instagram, onde discute as necessidades das pessoas com deficiência, denunciando ações preconceituosas e propondo uma real integração na sociedade dessa população.

Baron é também pedagogo e uma pessoa com deficiência. “Tenho paralisia cerebral, que apesar do nome, nunca me paralisou. Muito pelo contrário, é um dos maiores combustíveis para continuar nessa luta por sobrevivência, por contar nossas vivências, principalmente nos tempos atuais em que a sociedade é tão capacitista”, afirma o influenciador.

Sobre poder viver a cidade e suas múltiplas possibilidades, Ivan propõe um desafio: “dê um rolê com uma pessoa com deficiência no seu município. Independente de qual seja a deficiência, aí você vai estabelecer mais ou menos como é essa relação. Por que eu digo isso? Na maioria das vezes, eu saio com pessoas sem deficiência. Então, é uma saída solidária. Em que sentido? Ao chegar em um ambiente, não vejo pessoas como eu ocupando aquele espaço. E cabe uma reflexão: por que pessoas com deficiência não estão saindo de casa? Será que é porque elas preferem ficar trancadas nos seus quartos? Não. É porque a cidade de fato não é acessível.”

Segundo Ivan, a acessibilidade vai muito além de uma rampa ou de um elevador. “É preciso a acessibilidade comunicacional. Será que os espaços de lazer hoje em dia têm intérpretes de libras, audiodescrição, uma comunicação de fácil acesso a quem precisa? Será que quando essas pessoas saírem de casa, elas não vão ser julgadas pelos seus corpos, pela maneira como se expressam? Isso é acessibilidade, que cabe justamente ao poder público.”

Para ele, é papel da sociedade civil se conscientizar e começar a questionar, por exemplo, o que se entende como diversidade.



Vejo muito uma diversidade seletiva que precisa acabar. Não adianta a gente pregar mais liberdade à população LGBTQIA+, mais respeito às mulheres, lutar contra o racismo e não incluir também PCDs, porque as pessoas com deficiência são mulheres, LGBTQIA+, pretos e pretas, indígenas. Então, nossa população está em todos os setores, mas, ao mesmo tempo, existem enormes barreiras para que ela não tenha liberdade e não participe de forma ativa.”

Ivan defende que a acessibilidade deve estar em primeiro plano e não ser enxergada como um gasto a mais. “Também é preciso parar de associar a acessibilidade apenas a pessoas com deficiência. A acessibilidade é para todo mundo, é universal. Se estou incluído, você com certeza também vai estar”, afirma o pedagogo.

Para ele, Bem Viver nas cidades é sobre pessoas não ficarem para trás. “Em uma sociedade capacitista, você ter o direito de sair de casa já é um privilégio. Para nós, por exemplo, que temos mobilidade reduzida, precisamos de uma rede de apoio. Acredito que o Bem Viver da pessoa com deficiência é ter mais autonomia. Não independência, porque independência e autonomia são conceitos diferentes. Independência é você não precisar de ninguém. Já a autonomia não. É você ter o direito de ir e vir e ter o apoio necessário para isso. Isso inclui outras pessoas. Eu não sou uma pessoa independente 100%, porque preciso do apoio de recursos humanos e de recursos físicos para me locomover. Mas eu vejo que a gente precisa de mais autonomia”, defende.

Ivan afirma que “a sociedade deve se conscientizar de que quem tem uma deficiência não é alguém incapaz ou inválido, mas que pode contribuir muito para a sociedade da sua maneira, de acordo com as suas adaptações.” Para ele, não há inclusão sem discussão política.



Não tem como eu falar de inclusão, luta anticapacitista, mais acessibilidade, se eu não for um ser político. E, quando eu falo em política, não é uma questão sobre o partido A ou B, mas é discutir políticas públicas. É começar a ver quem de fato está no Legislativo ou no Executivo que levante minhas bandeiras. Porque, fora dessa política, só existe o autoritarismo, o negacionismo, capacitismo e tantas outras opressões que a gente nunca vai conseguir dar jeito se não for por meio do diálogo e, até mesmo, nos impondo como cidadãos e cidadãs”, finaliza.

>> Conheça: www.instagram.com/ivanbaron

PAPO RETO

“UMA CIDADE PENSADA NO BEM VIVER TERIA PESSOAS E NATUREZA NO CENTRO DA SUA CONSTRUÇÃO”, DEFENDE ESPECIALISTA

Rodrigo Iacovini, diretor-executivo do Instituto Pólis, analisa que uma cidade pensada a partir do Bem Viver alia aspectos humanos, naturais, econômicos e materiais.

Por Maria Victória Oliveira

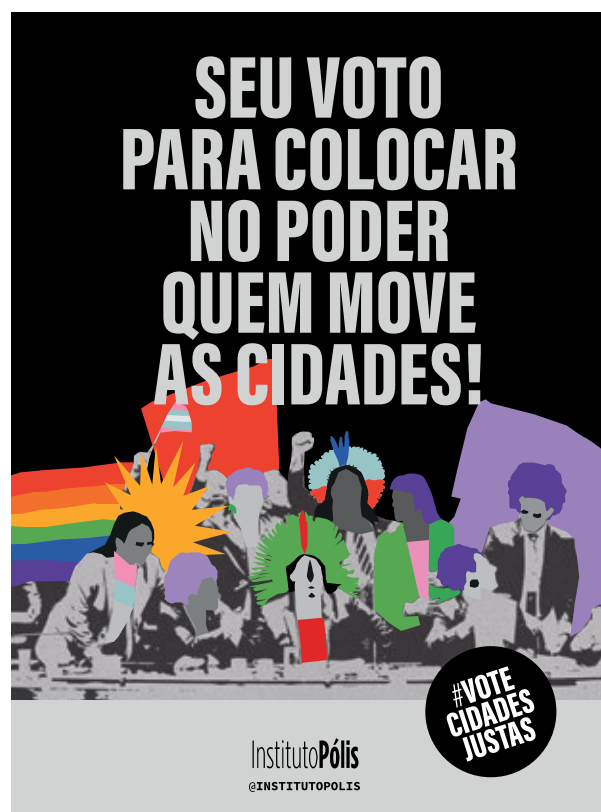
O Brasil é conhecido por ser um país de dimensões continentais. Muito se fala nos muitos “Brasis” que existem entre o Oiapoque, município no Amapá – um dos mais extremos ao norte do país – e o Chuí, no sul do Rio Grande do Sul. Trazendo essa máxima para a realidade das cidades, é praticamente impossível definir necessidades comuns a todos os municípios, muito diferentes em características e demandas.

Um movimento importante, entretanto, e que deveria ser comum a todas as cidades, sejam as de mil, sejam as de mais de um milhão de habitantes, é pensá-las a partir do ponto de vista de uma conciliação, ou seja, que o espaço urbano consiga aliar a garantia de direitos de sua população sem deixar de lado o respeito ao fluxo natural do meio ambiente.

Ter um melhor planejamento urbano, de preferência com o pensamento ecológico como um de seus pilares, ajudaria a garantir uma série de direitos à população, já que cidades são sistemas interligados. Mais espaço verde, por exemplo, ajudaria a drenar as águas das chuvas – evitando enchentes e inundações – e melhoraria as condições respiratórias das pessoas, além dos benefícios à saúde mental.

Esses mesmos espaços verdes podem servir como hortas urbanas que geram renda e fornecem alimentos à população local, além de promover um senso de comunidade. O investimento em meios de transporte coletivos – metrô, ônibus e trens – reduz não só o número de carros na rua, mas também as emissões de gases que poluem e contribuem ainda mais para as mudanças climáticas.

Com o objetivo de entender qual é o ponto de partida da perspectiva do Bem Viver – conceito herdado de povos



originários e de filosofias africanas para definir um contexto de garantia plural de direitos humanos e respeito à natureza – para pensar a vida nas cidades brasileiras, a Revista Casa Comum conversou com Rodrigo Faria Iacovini, diretor-executivo do Instituto Pólis, organização da sociedade civil com quase 40 anos de atuação que pauta e busca fortalecer a luta pelo direito à cidade a partir de pesquisas, formações e assessorias técnicas.

Em entrevista exclusiva, Rodrigo, que também é membro do Conselho Nacional das Cidades, do Conselho Municipal de Política Urbana de São Paulo e integrante da coordenação do Fórum Nacional da Reforma Urbana e a *Habitat International Coalition (HIC)*, apontou a urgência de soluções de mitigação e adaptação às mudanças climáticas nos espaços urbanos, bem como a centralidade da redução das desigualdades em prol do avanço do país. Confira a seguir.



Rodrigo Iacovini.
Foto: Renata Teixeira

Revista Casa Comum: No Estatuto da Cidade, o direito a cidades sustentáveis é compreendido como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.” Por que estamos tão distantes desse cenário de garantia de direitos para todos no âmbito das cidades?

Rodrigo Iacovini: Temos um processo de produção das cidades que, infelizmente, é baseado no sistema capitalista. A forma como o espaço urbano se desenvolve tem servido muito mais à geração de lucro para diferentes setores dominantes da sociedade, em detrimento da efetivação de direitos da população. Segundo a Constituição Federal e o Estatuto das Cidades, temos que fazer planos diretores participativos e discutir o zoneamento com a população. Mesmo nesses processos participativos, partimos da lógica da propriedade privada individual registrada. É uma organização que se dá em função do valor de troca do espaço urbano, e não do valor de uso. E essa já é a principal diferença entre a cidade construída com o fim de gerar lucros e dividendos, versus uma cidade construída para o Bem Viver, que quer beneficiar a todos e se entender como parte do ambiente natural e do ambiente construído. São lógicas muito diferentes. É por isso que o Instituto Pólis defende o direito à cidade a partir da concepção do Bem Viver, porque acreditamos que só será possível alcançá-lo se resignificarmos o processo de produção delas. Ou seja, se passarmos a desenvolvê-las a partir dessa visão, que é coletiva, holística, harmônica e muito mais ampla do que o individualismo e o capitalismo requerem.

Revista Casa Comum: Ao reconhecer que a luta pelo direito à cidade pode ter muitas frentes e dimensões, o Instituto Pólis organizou a pauta em cinco componentes: cidades inclusivas e sem discriminação; democracia e participação política; economia solidária, circular e inclusiva; cidades ambientalmente equilibradas e sustentáveis; e espaços públicos e serviços de qualidade. Como foi o percurso que o Instituto fez e os motivos para ter chegado nesses cinco componentes?

Rodrigo Iacovini: O Instituto Pólis tem uma trajetória de engajamento de mais de 36 anos no campo da luta

pela democratização das políticas urbanas. Participamos da criação da Carta Mundial pelo Direito à Cidade, um documento elaborado por movimentos populares urbanos do mundo inteiro em diferentes fóruns sociais mundiais do começo da década de 2000, com um processo de partilha para tentar chegar a uma formulação de direito à cidade pactuada por aqueles atores. Ao longo dos anos, percebemos que cada um se apropriou de maneira diferente da Carta, ao que notamos a necessidade de criar uma articulação internacional que, de novo, trouxesse as pessoas para discutir uma nova versão do direito à cidade. Em 2014, promovemos a fundação da Plataforma Global pelo Direito à Cidade, uma articulação de mais de 200 organizações do mundo inteiro que, de alguma maneira, defendem o direito à cidade, mesmo que sob perspectivas diversas. Fizemos uma discussão e a Plataforma chegou a uma nova forma de enxergar o direito à cidade. Como são mais de 200 organizações, tínhamos que comportar diferentes visões e argumentações. Quando pensamos essa formulação no Pólis, entendemos que, apesar de concordar e pactuar com essa nova visão de direito à cidade, ela não necessariamente dá conta do direito à cidade que lutamos aqui no Brasil, com suas particularidades sociais, urbanísticas, econômicas e políticas que não são as mesmas no mundo inteiro. Temos, por exemplo, a dimensão racial, com uma estruturação racista e segregação urbana históricas.

Diante disso, quisemos formular uma visão mais contemporânea com os desafios e as lutas do campo urbano do Brasil. Assim, chegamos nessas cinco dimensões, com um equilíbrio de dimensões materiais, políticas e simbólicas. Essa é uma concepção que montamos internamente, sem a pretensão de que outros adotem essa formulação. O direito à cidade pode ter várias frentes e dimensões diferentes de acordo com a luta que cada organização exerce. E isso é uma fortaleza, porque traz para perto pessoas e coletividades que pensam de maneira diferente, gerando uma sinergia entre lutas sociais e reivindicações.

Revista Casa Comum: Um dos componentes do Instituto Pólis, quanto ao direito às cidades, é uma economia solidária, circular e inclusiva. De que forma essa mentalidade mudaria a dinâmica nas cidades e quais benefícios traria para a vida das pessoas?

Rodrigo Iacovini: Para alcançarmos cidades que sejam democráticas, inclusivas e de fato boas de morar para toda a população, precisamos repensar todo o ciclo econômico da sociedade. O capitalismo, além de individualista, se baseia nas desigualdades estruturais: de raça, de gênero e, principalmente, na desigualdade econômica. A ideia de que você pode melhorar de vida dentro do capitalismo é uma ilusão, pois ele depende da concentração de riqueza por alguns enquanto exploram outras pessoas.

Para o direito à cidade, precisaríamos adotar a perspectiva de uma economia solidária, que se baseasse nos laços de solidariedade, igualdade e de desenvolvimento comum de uma ação econômica que beneficiasse a todos. Ou seja, que repartisse riqueza, e que juntos, juntas e juntes, se produzissem outros bens, outra forma de consumir, outra forma

de existir nas cidades, de maneira, inclusive, circular, para reaproveitar melhor os insumos, reciclar, reutilizar, que os bens sejam mais duráveis e que a gente não esgote os meios naturais que são a base da nossa produção econômica.

Isso tudo requer uma economia circular e inclusiva, que seja repensada a partir das desigualdades, por exemplo, de raça e de gênero, para equalizar essas relações, com o fortalecimento de mulheres, de pessoas negras e de pessoas trans, que muitas vezes foram alijadas dos processos econômicos de produção da cidade e do capitalismo em geral, que se beneficiou dessa desigualdade.

Revista Casa Comum: Como você mencionou, o racismo estrutural que pauta a sociedade brasileira contribui para afastar, segregar, inviabilizar direitos e, em suma, negar o acesso às cidades, principalmente para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Tudo isso é o oposto do Bem Viver nas cidades. O que seria, na prática, uma cidade justa, que não produz esses espaços de segregação e desigualdade, e sim promove a integração?

Rodrigo Iacovini: Uma cidade justa seria aquela na qual as pessoas estão no centro, com seus direitos atendidos. Isso significa que a pessoa tem acesso pleno aos diferentes espaços e equipamentos da cidade, com uma boa condição de obter renda e trabalho, que é uma cidade pensada a partir da perspectiva dos cuidados – que devem ser compartilhados –, que a criança, idoso e demais pessoas que precisam do cuidado estivessem no centro. Na minha cidade ideal, teríamos um transporte a partir da dimensão coletiva e pública, não teríamos tantas pessoas presentes no sistema de saúde por conta de doenças respiratórias ou pela falta de esgotamento sanitário.


Uma cidade construída a partir da perspectiva do Bem Viver é harmônica com os bens naturais, ela entende como a bacia hidrográfica funciona e, a partir disso, escolhemos os lugares de moradia de todos de acordo com os melhores locais, individualmente, mas também para que a natureza continue fluindo, porque somos parte dessa natureza. É outra forma de pensar. Isso exige reequacionar, por exemplo, a forma de organização das cidades, não só dentro do município. A bacia hidrográfica não é contida por um município, ela tem uma dimensão regional muito maior. Jamais teríamos tamponado [obstruir com um tampão; tapar] os nossos rios como fizemos em São Paulo. Ao invés de se aliar, de se submeter e entender que a natureza era a condição a partir da qual deveríamos desenvolver as cidades, o urbanismo modernista tentou vencer a natureza. E o que ela está nos mostrando é que, nessa queda de braço, nós perdemos feio se não entendermos que somos pequenos e apenas parte desse sistema mais amplo. Essa cidade pensaria pessoas e natureza no centro da sua construção.

Revista Casa Comum: A Carta Brasileira para Cidades Inteligentes fala sobre o uso responsável e inovador da transformação digital para um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo. É possível usar novas tecnologias para planejamentos urbanos, que prevejam, por exemplo,



Fique por dentro

A 3ª edição da Revista Casa Comum colocou em pauta a questão: “Há espaço para uma nova economia brasileira?”. Denominada EcoSol, a economia solidária é uma das principais alternativas do campo democrático e popular do Brasil para combater as profundas desigualdades sociais que marcam o país. A editoria Na Prática traz exemplos de iniciativas que propõem outras formas de produzir e consumir, como cooperativas, associações, empreendimentos autogestionados, redes de cooperação, finanças solidárias, bancos comunitários, cooperativas de crédito, clubes de trocas, entre outras modalidades organizadas no campo e na cidade.

>> Confira as experiências: bit.ly/RCC_3_NaPratica 

estratégias de mitigação do impacto das tragédias, como as enchentes no Rio Grande do Sul, e também as tragédias em Petrópolis, em 2022, e Teresópolis, em 2011, na região serrana do Rio de Janeiro?

Rodrigo Iacovini: Não podemos dar as costas para o desenvolvimento tecnológico, mas devemos entender que essas tecnologias produzidas socialmente devem ser usadas e servir ao bem-estar e ao bem comum. Muitas vezes caímos na armadilha de usar tecnologias fomentadas por grandes grupos e conglomerados que estão se beneficiando da dimensão especulativa da cidade. Então é, sim, possível usar a tecnologia a favor do desenvolvimento urbano integrado e sustentável para cidades que sejam baseadas no Bem Viver, desde que a gente tenha noção de que é uma tecnologia feita para e em benefício do bem comum, e não voltada ao lucro de algumas parcelas da sociedade.

Também precisamos entender que tecnologias não são unicamente aquelas que estão dentro do computador ou do celular. Tem muita tecnologia e muito saber dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, desenvolvidos muito antes de qualquer português chegar ao Brasil. Também devemos considerar o termo soluções baseadas na natureza como uma das possibilidades, desde que não vire mais uma moda e consultoria a ser vendida.

Revista Casa Comum: Ainda no tema da calamidade no sul do Brasil, pouco tem se falado que esse não é um episódio isolado causado somente pelas chuvas, mas pela emergência climática – fenômeno de causa humana que

veio para ficar – e pela falta de políticas de mitigação e adaptação. Quais são exemplos de infraestruturas urbanas necessárias para evitar enchentes e outras situações causadas pelos efeitos das mudanças climáticas que vão ser cada vez mais recorrentes e intensos?

Rodrigo Iacovini: Uma das coisas com maior efeito é simplesmente suspender desmatamentos que acabam com áreas verdes ou com terras nuas da nossa cidade. Ao impermeabilizar o solo, nós impossibilitamos que ele absorva a água que vem da chuva. Ou seja, precisamos colocar um freio no mercado imobiliário e ampliar os espaços de respiro da terra, como parques e locais de uso comum para hortas, porque, ao mesmo tempo que abre espaço para a água drenar, também gera alimento para a população. Outra medida é a aposta na mobilidade coletiva. Além de diminuir os gases do efeito estufa, isso reduz o deslocamento individual por carros, que, por sua vez, diminui o espaço que os carros ocupam, dando lugar às áreas verdes ou à mobilidade ativa da população.

Temos também o óbvio, que é o investimento e manutenção de infraestruturas de drenagem urbana. Mas isso não adianta nada se não olharmos para as políticas dos nossos rios, o que passa por tentar reverter a retificação e os tamponamentos que fizemos, pensando em dar outros usos para as áreas de várzea e de margem. Outra questão que pode parecer óbvia é investir para a produção de habitações dignas e de qualidade ou aproveitar habitações que, em muitos casos, estão vazias porque são destinadas a especulação imobiliária, para que sejam usadas pela população pobre, que muitas vezes vive em áreas vulneráveis a enchentes e deslizamentos. Investir em moradia digna é uma das maiores medidas de adaptação climática que podemos fazer.

Revista Casa Comum: 2024 é um ano eleitoral. Quando o assunto é direito ao Bem Viver nas cidades, o que eleitores e eleitoras devem procurar nos planos de governo como prioridade?

Rodrigo Iacovini: Não podem faltar nos planos de governo medidas que enderecem adaptação e mitigação em relação à crise climática. Estamos vendo o caso agora do Rio Grande do Sul, como já vimos o do litoral norte de São Paulo, o do Rio de Janeiro, da Bahia e da região Norte. A situação de emergência é algo que vai ser recorrente em nossas vidas. Essa tem que ser a prioridade um. Todas as outras políticas urbanas têm que ser contempladas a partir desse viés e do combate às desigualdades. Você deve olhar se o seu candidato ou candidata está falando de cidade a partir de torná-la melhor para quem vive nos territórios periféricos, porque você pode morar confortavelmente em uma área superinfraestruturada e central, mas a cidade não vai ser boa para você enquanto também não for boa para pessoa que está no território periférico com infraestrutura precária, porque estamos falando de um sistema que, quando uma parte não está legal, ela afeta o todo. É por isso que falamos do Bem Viver enquanto paradigma. Se o seu candidato ou candidata fala frases como “precisamos acelerar o mercado imobiliário como fonte de renda e de trabalho e de desenvolvimento econômico”, fuja. É claro que precisamos dos postos de trabalho que a construção civil oferece. A grande questão é que isso não pode ser o centro da nossa atuação política em torno das cidades. Outra questão é se o candidato ou candidata traz a importância da economia do cuidado. Estamos falando de pessoas cuidadoras, não necessariamente mulheres, porque isso historicamente tem recaído para as mulheres, mas temos que nos responsabilizar socialmente pelo cuidado, entendendo que um território de cuidados é importante.

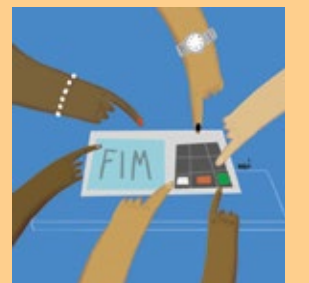


A construção da resiliência urbana

Uma postura de respeito à natureza torna-se cada vez mais urgente considerando os efeitos das mudanças climáticas, com consequências mais graves e devastadoras com o passar do tempo. As grandes cheias que atingiram mais de 400 municípios do Rio Grande do Sul, em maio deste ano, provam que, em muitas situações, as cidades brasileiras são criadas e vão se desenvolvendo sem um planejamento que leve em conta, por exemplo, as chamadas áreas alagáveis, como no caso do sul do Brasil.

É nesse contexto que a ONU-Habitat defende que a construção da resiliência urbana deve estar no centro do futuro das cidades. O organismo da Organização das Nações Unidas define resiliência urbana como a capacidade de as cidades absorverem, se recuperarem e se prepararem para choques e tensões, diminuindo o impacto de crises naturais ou provocadas pelo ser humano. Com três dimensões – econômica, social e ambiental –, esse processo envolve a criação de uma base sólida de planejamento e a administração dos municípios, bem como inclusão social, priorização de grupos em situação de vulnerabilidade e políticas essenciais como de habitação.

>> Acesse: bit.ly/RCC_09_20 



O Raio-X da 8ª edição da Revista Casa Comum colocou em pauta as eleições municipais de outubro, quando cerca de 152 milhões de eleitores irão às urnas para eleger seus representantes, e discutiu a diferença de gênero entre os prefeitos e prefeitas e governadores eleitos e governadoras eleitas.

>> Confira: bit.ly/RaioX8ed 

Revista Casa Comum: E quanto à pauta de segurança pública, sempre muito trazida no âmbito das eleições municipais?

Rodrigo Iacovini: Para identificar se um candidato é bom ou não, devemos observar o ponto de partida que ele ou ela usa para tentar incidir nessa questão. Se falarem em “mais polícia na rua e repreender os bandidos”, fuja também. Mas se falarem em “promover direitos, reduzir desigualdades, tornar as cidades lugares melhores para as pessoas viverem o espaço público”, é um candidato ou candidata para você prestar atenção. Já está provado que maior repressão policial e militarização só torna o espaço mais inseguro. Precisamos fugir de candidatos que, em geral, dão soluções fáceis para todos os temas. Reverter todo o processo de produção das cidades não vai ser fácil e não tem solução mágica, mas, com certeza, passa pela garantia de direitos, como o direito à moradia, à mobilidade, à água, porque esses são os fundamentos básicos de uma boa gestão pública municipal.

Revista Casa Comum: Você avalia que é necessário ter uma política nacional das cidades, mas com certa flexibilização para adaptar às demandas locais, tendo em vista as diferenças tão discrepantes que temos entre os municípios brasileiros? Como dar conta disso?

Rodrigo Iacovini: É essencial a consolidação de uma política nacional e de um sistema nacional de desenvolvimento urbano que possibilite que a União, os Estados, os municípios e a sociedade civil, juntos, definam o que é prioritário em cada território, já que, dentro de uma mesma cidade, há diferenças entre espaços e regiões. E a partir dessa definição sobre o que precisa e deve ser feito, dividam responsabilidades: o que cabe à União, ao Estado, aos municípios, e quem financia cada uma dessas coisas. Essa política nacional de desenvolvimento urbano está em discussão no Ministério das Cidades, dentro do Conselho Nacional das Cidades. Sem isso, não vamos conseguir avançar. Estamos lutando para que ela seja realmente flexível e adaptável a cada território de cada cidade, porque senão ela não vai atender o objetivo a que se propõe. Se tivermos essa política nacional, juntamente com um sistema nacional de desenvolvimento pactuado por todos os municípios, Estados, pelo governo federal e pela sociedade civil, vai ser muito mais flexível do que o formato que é hoje, por meio do qual o governo federal estabelece programas e diretrizes e todos os municípios devem se submeter de maneira rígida. Mas é importante que essa política tenha o direito à cidade no seu centro e não o lucro ou a produção capitalista da cidade. Essa é uma disputa que ainda precisamos fazer.

Revista Casa Comum: O Instituto Pólis é o idealizador da campanha #VoteCidadesJustas. Qual é o objetivo e como essa iniciativa pretende contribuir?

Rodrigo Iacovini: Nós começamos a campanha na eleição de 2022, querendo pautar que a população votasse em mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+. Esse grupo social

é quem mais sofre com a segregação urbana e com a má qualidade do ambiente urbano. Então, é também quem está mais sensibilizado para fazer essa mudança quando chega ao poder. Se elegemos essas pessoas, temos uma chance muito maior de reverter a desigualdade que estrutura nossas cidades.

Revista Casa Comum: No âmbito da campanha, o Instituto listou 10 urgências e suas propostas, almejando uma agenda de efetivação do direito à cidade. Essas 10 temáticas também serão norteadoras válidas para as eleições municipais deste ano?

Rodrigo Iacovini: Começamos uma campanha em prol de cidades justas em uma eleição no nível estadual e federal, porque queríamos abrir a discussão para chegar em 2024 mais fortalecidos, pensando quais temas eram importantes tanto do ponto de vista da gestão pública estadual e nacional, quanto da gestão municipal. Esse ano, vamos continuar e aprofundar a campanha, visando a eleição de mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+ para as câmaras municipais para reverter as desigualdades dos espaços urbanos.

Estamos falando de trabalho decente e salário digno; de moradia adequada para quem mais precisa; de suspender despejos e remoções forçadas; de justiça climática e socioambiental como parâmetro das políticas; de comida saudável para todas as famílias; do direito à vida no espaço público e dos territórios; de energia limpa e preço justo; resíduo zero; e mobilidade. São temáticas que as políticas municipais precisam enfrentar. Vamos trazer novas propostas e reivindicações dentro desses temas da campanha, porque ainda estamos longe de alcançar esses pontos que lançamos há dois anos. Então, eles permanecem nossas bandeiras de luta.



Fique por dentro

- Carta Brasileira para Cidades Inteligentes: bit.ly/RCC_09_24
- Carta Mundial pelo Direito à Cidade: bit.ly/RCC_09_23
- Componentes do direito à cidade segundo Instituto Pólis: bit.ly/RCC_09_22
- Estatuto da Cidade (Lei 10.357/2011): bit.ly/RCC_09_21
- Plataforma Global pelo Direito à Cidade (opções em inglês, espanhol, francês e português): www.right2city.org

RAIO-X

PERFIL DE UMA NAÇÃO COM DESAFIOS A SEREM SUPERADOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS

Por Elvis Marques

O Brasil chegou em 2022 com mais de 203 milhões de habitantes. Um aumento de 6,5% em relação ao último Censo, de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São 12,3 milhões de pessoas a mais no país. Rostos, culturas, identidades, religiosidades, sexualidades e origens diversas.

A população indígena é formada por 1.694.836 de pessoas, e a quilombola é composta por 1.330.186 de pessoas. O país

é composto por uma maioria de mulheres, mais de 104 milhões, diante de 98 milhões de homens. Segundo o IBGE, 92 milhões de pessoas se declaram pardas, 88 milhões brancas e 20 milhões pretas.

Um país plural, que foi se transformando ao longo do tempo. É possível perceber o crescimento populacional e os seus desafios a partir desse panorama. Confira.

1,5 milhão de pessoas eram escravizadas

(15% dos habitantes), entre africanos e brasileiros, de acordo com o levantamento de 1872.

Em um século e meio, a população brasileira aumentou em mais de

20 vezes

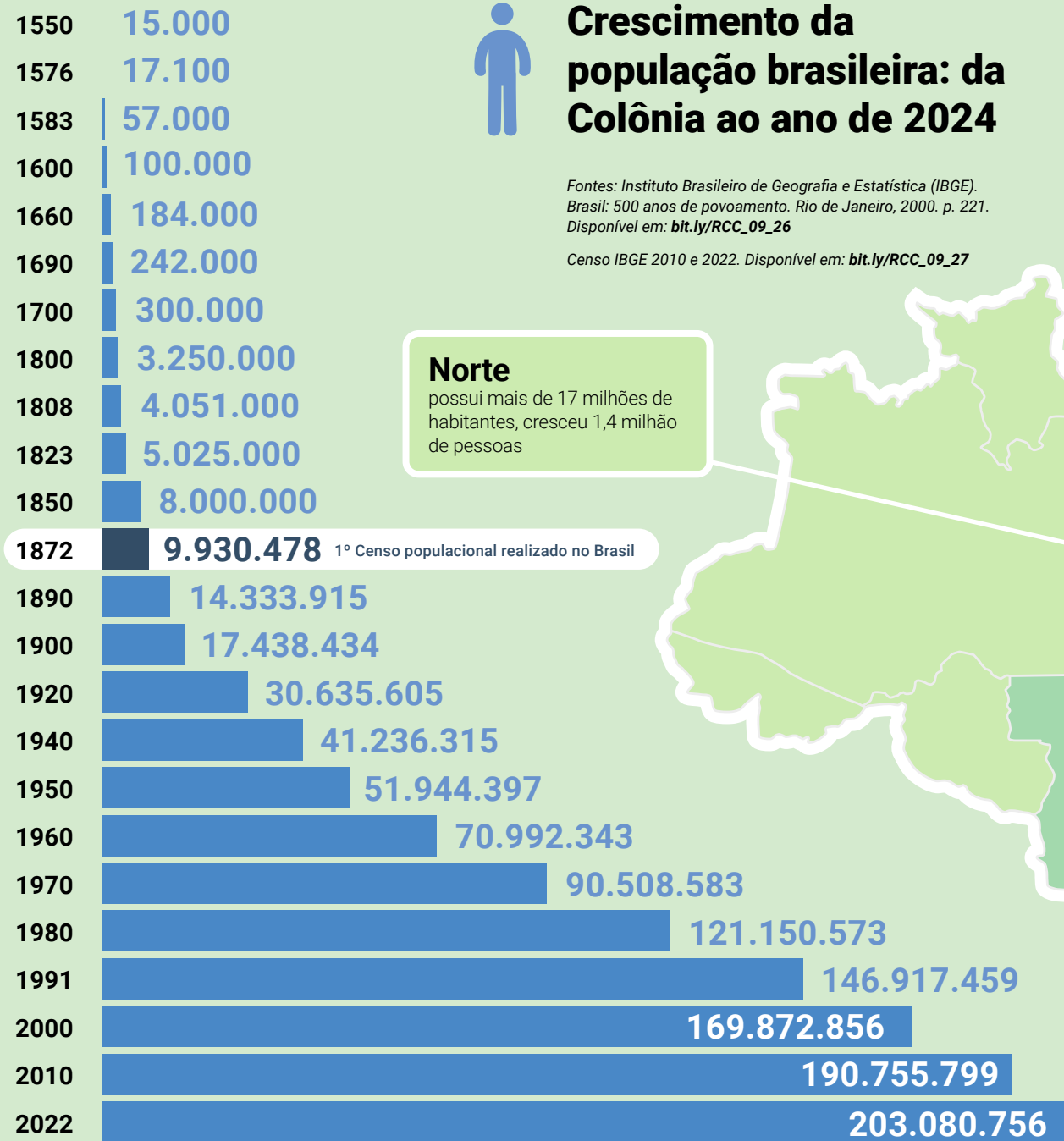
Fonte: Agência Senado.
Disponível em: bit.ly/RCC_09_25

Mergulho na história populacional brasileira

Mas como começou esse olhar para a população? Como olhar para as estatísticas e pensar uma vida melhor? D. Pedro II convocou o primeiro Censo que se tem registro em 1872, mas o objetivo, pelo menos segundo o IBGE e reportagem especial da Agência Senado, não era olhar propriamente para o bem-estar da população. O parlamento da época já pedia a contagem do povo por inúmeros motivos, tais como: tamanho do eleitorado, aumento dos batalhões de guarda ou a participação em guerras.

Com o auxílio das paróquias católicas de todos os cantos do então Império, formulários em papel eram enviados aos chefes de família para o preenchimento. Naquele período, a pesquisa identificou uma população de quase 10 milhões de “almas”.

Ano Estimativa da população brasileira



Crescimento da população brasileira: da Colônia ao ano de 2024

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. p. 221.* Disponível em: bit.ly/RCC_09_26
 Censo IBGE 2010 e 2022. Disponível em: bit.ly/RCC_09_27

Norte
 possui mais de 17 milhões de habitantes, cresceu 1,4 milhão de pessoas

Centro-Oeste
 é a menos populosa, com 16,3 milhões de pessoas, cresceu 2,2 milhões de habitantes

Nordeste
 tem mais de 54 milhões de habitantes, com um aumento populacional de 1,5 milhão

Sudeste
 tem 84,8 milhões de habitantes (41,8% da população), tendo aumentado a sua população em 4,4 milhões de pessoas

Sul
 com quase 30 milhões de habitantes, tendo aumentado 2,5 milhões de pessoas

150 anos depois: alguns achados do Censo 2022

- 8.510.000 km² é a extensão territorial do Brasil
- 203.080.756 habitantes
- 5º maior país do mundo
- É formado por 5 regiões
- 26 estados e o Distrito Federal
- Possui 5.570 municípios
- Quase metade dos municípios (44,8%) tem até 10 mil habitantes
- Maior parte da população do país (57%) habita apenas 319 municípios
- Cerca de 124,1 milhões de pessoas (61%) vivem nas cidades
- São Paulo é o estado mais populoso: concentra 44,4 milhões de habitantes
- Roraima é o estado menos populoso, com 636,3 mil habitantes
- Municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes tiveram crescimento superior ao de cidades grandes e capitais nos últimos 12 anos

Descentralização da economia

As pesquisas do IBGE têm mostrado uma tendência histórica de redução da importância econômica dos grandes centros urbanos, e uma descentralização para diversos outros municípios brasileiros. E isso continua a refletir no último levantamento realizado pelo órgão, em 2021, e divulgado no ano passado.

- Dentre as 185 concentrações urbanas no país em 2021, 132 perderam e 53 aumentaram sua participação no Produto Interno Bruto (PIB), confirmando a tendência de desconcentração.
- Entre os 53 municípios que mais cresceram em termos de participação no PIB, somente seis eram considerados como grandes concentrações urbanas.
- As grandes cidades foram as que tiveram as maiores perdas nesse período, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.
- Em 2021, os três municípios com os maiores PIB *per capita* foram Catas Altas (MG), Canaã dos Carajás (PA) e São Gonçalo do Rio Abaixo (MG). Eles têm em comum, como principal atividade econômica, as indústrias extrativas, a exemplo da mineração.

O impacto do crescimento urbano

Resíduos e reciclagem

Com a sua dimensão continental, o Brasil gera cerca de 80 toneladas de lixo por ano, o que corresponde a 343 quilos, em média, por habitante. No entanto, apenas 4% desse total são reaproveitados ou reciclados, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe).

- No mundo, cerca de **2,7 bilhões de pessoas** vivem sem acesso a serviços básicos, como os de limpeza urbana e coleta de lixo. No Brasil, esse índice é de **1 em cada 11 pessoas**;
- **40% de todos os resíduos** no país são enviados a aterros controlados ou lixões a céu aberto, locais inadequados para a destinação;
- Apesar de **70% das cidades brasileiras** possuírem coleta seletiva, somente 30% das pessoas separam o lixo seco do orgânico;
- No Brasil, até 2050, o descarte de resíduos deve crescer mais de 50%, alcançando **120 milhões de toneladas por ano**.

Fontes: Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), Ong Menos 1 Lixo, International Solid Waste Association (ISWA) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Alimentação que falta versus alimento descartado

Nas cidades, principalmente nos grandes centros urbanos, a fome e o desperdício de alimentos ficam cara a cara. Seja quando pessoas enfrentam filas para pegar ossos ou quando ruas ficam repletas de alimentos após as feiras de rua.

De acordo com um levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU), de 2023, no Brasil, há 21 milhões de pessoas que não têm o que comer todos os dias. Em nível mundial, são 735 milhões de pessoas passando fome.

Em contraponto, outro levantamento da ONU, esse de 2022, mostra que o Brasil desperdiça, por ano, cerca de 27 milhões de toneladas de alimentos. Confira outras informações:

- A ONU estima que **80% desse desperdício** acontece entre o manuseio, o transporte e as centrais de abastecimento;
- Conforme pesquisa da *MindMiners*, em parceria com a Nestlé, mais de **R\$ 1,3 bilhão em frutas, legumes e verduras** vão para o lixo anualmente nos supermercados nacionais;
- Entre as empresas pesquisadas, **96% afirmaram descartar comida**, sendo que mais da metade (54%) diz jogar fora sempre ou frequentemente;
- A pesquisa evidencia uma queda de **80% nas doações de alimentos** no Brasil em 2022, comparado com 2020;
- Com tudo isso indo para o lixo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) estima que somente **1% dos resíduos orgânicos vão para compostagem**.

Fontes: Relatório do Índice de Desperdício de Alimentos 2024 do PNUMA/ONU. Disponível em: bit.ly/RCC_09_29; Estudo O Alimento que Jogamos Fora – Causas, consequências e soluções para uma prática insustentável, MindMiners em parceria com a Nestlé. Disponível em: bit.ly/RCC_09_30; Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA); Embrapa.



A violência tem cor e CEP

O racismo estrutural está fortemente presente nas cidades e é possível perceber, por meio dos números, impedindo a população, principalmente negra e periférica, a alcançar o Bem Viver.

- O Monitor da Violência, de iniciativa do portal de notícias G1, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), mostra uma redução dos assassinatos em 2023. Foram 39,5 mil mortes violentas, em 2023, redução de 4% em relação a 2022, quando o total havia sido de 41.135 mortes violentas, ou 113 por dia.
- Porém, apesar da recente redução, o Brasil ainda figura entre as nações com os maiores índices de homicídios.
- Segundo o Atlas da Violência, divulgado em 2023, a cada 10 pessoas assassinadas no Brasil, em 2021, 8 eram negras; ou seja, 77% das vítimas. Ao olhar o recorte de gênero, o Atlas mostra que, em 2021, 67% do total de mulheres assassinadas no país eram negras.
- Outro estudo de 2023, esse da Rede Nacional de Observatórios de Segurança Pública, aponta que 87% dos mortos pela polícia em 7 estados - Bahia, Ceará, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo - foram negros.
- Além disso, estudos do FBSP e do Atlas da Violência evidenciam que as altas taxas de homicídio estão presentes nos bairros e nos municípios com maior taxa de pessoas em situação de extrema pobreza.

Fontes: Atlas da Violência. Disponível em: bit.ly/RCC_09_31 Rede Nacional de Observatórios de Segurança Pública. Disponível em: bit.ly/RCC_09_32. Estudos do FBSP. Disponível em: bit.ly/RCC_09_33

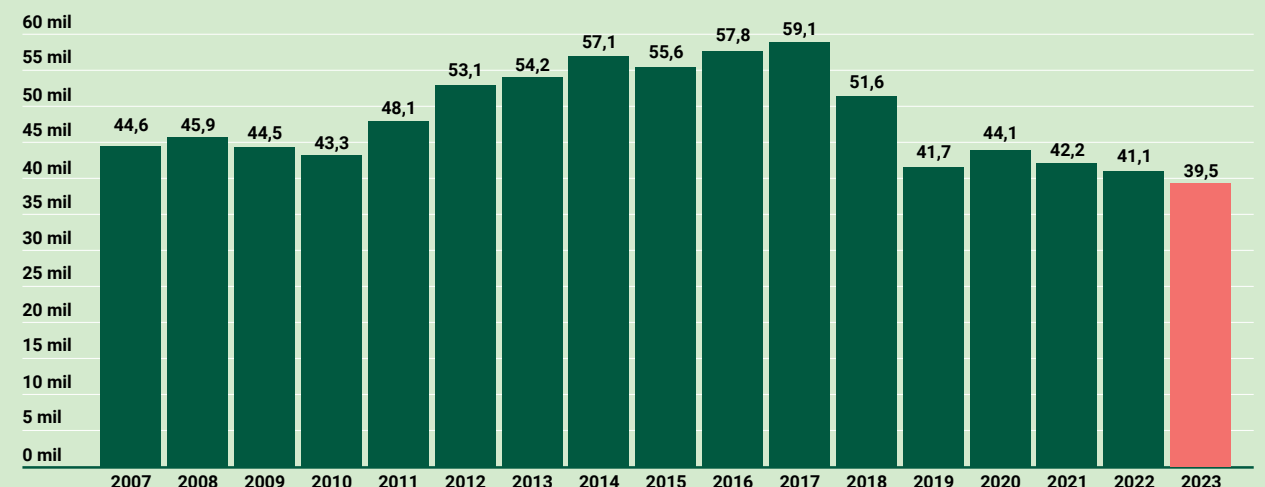
O desafio do Bem Viver no campo e nas florestas

Povos, comunidades tradicionais e trabalhadores rurais, lutam, há décadas ou há séculos (como é o caso de quilombolas e indígenas), pelo direito de viver em harmonia em suas terras e territórios. E essa luta conflita com desmatamento, exploração de minério, grilagem de terras e diversas outras problemáticas, que podem ser observadas no relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT):

- Em 2023, foram registrados 2.203 conflitos, o maior número desde 1985;
- Dentre as regiões, o Norte foi o que mais registrou conflitos (810), seguido pelo Nordeste com 665 casos;
- Os conflitos envolveram 950.847 pessoas, disputando 59.442.784 hectares em todo o Brasil;
- 251 casos de pessoas em situação de trabalho análogo à escravidão no meio rural, com 2.663 pessoas resgatadas dessa condição.

Fonte: Conflitos no Campo Brasil 2023 - CPT. Disponível em: bit.ly/RCC_09_35

Assassinatos no Brasil



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Os dados de 2023 são do Monitor da Violência. Disponível em: bit.ly/RCC_09_34

EM PAUTA

MULHERES REIVINDICAM A CIDADE COMO LUGAR DE CUIDADO E DE VIDA

Elas estão na linha de frente de diferentes iniciativas que buscam o bem comum em seus territórios.

Por Isadora Morena

Realizar uma transição ecológica justa, condição necessária para a vida em contexto de mudanças climáticas, perpassa por criar Bem Viver nas cidades. Isso é o que afirma Maria da Graça Costa, coautora do livro *Meu corpo é meu território: mulheres em defesa do bem viver na cidade*.

Psicóloga e professora da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Maria da Graça define Bem Viver como "formas de sociabilidade, de modos de vida, de visões de mundo, onde não se visa à individualidade como processo de construção, mas à produção de uma coletividade, de um comum entre todas as pessoas."

A obra, que é resultado de sua pesquisa de doutorado, demonstra como as mulheres estão na linha de frente dos processos de produção de Bem Viver, liderando comunidades, movimentos sociais, iniciativas agroecológicas e de economia solidária, por exemplo.

"São as mulheres que trazem a necessidade de pautar e colocar no centro a vida e o cuidado em todos os nossos debates sobre desenvolvimento, sobre políticas públicas e sobre economia", afirma Maria da Graça. A ética do cuidado, defendida e praticada por elas, "precisa ser compartilhada por toda a sociedade e ser considerada o alicerce de tudo que a gente produz enquanto proposta de construção, por exemplo, daquilo que é político e econômico", afirma a pesquisadora.

Para Maria da Graça, "a cidade também é lugar de produção, não só de consumo exacerbado. É lugar de resistência, espiritualidade e ancestralidade. E esse Bem Viver é produzido a partir desses elementos, que não partem da ideia do indivíduo e do desenvolvimento." Ela declara que Bem Viver "é muito mais envolver-se, enquanto coletividade, do que desenvolver-se."



Ilustração enfatiza papel comunitário das mulheres para produção do Bem Viver. Foto: Maria da Graça Costa

Nesse sentido de construir o bem comum, surgem projetos como o Ocupa Mãe, liderado por Carolina Borges, cientista da computação e mãe de duas crianças. Criado em 2018 em São Paulo, o projeto visa "engajar mães a participarem da política para criar um mundo melhor para elas e as crianças."

Segundo Carolina, o Ocupa Mãe é fruto de uma ação realizada a partir do ano de 2014, quando ela se uniu aos vizinhos para organizar uma horta comunitária em um terreno baldio que gerava insegurança e mal-estar na Saúde, bairro da zona Sul de São Paulo. Ela conta que, de tempos em tempos, a prefeitura destruía a produção, limpando o terreno. Foi preciso muito diálogo para que o poder público se tornasse parceiro da iniciativa. Esse processo de conversa com órgãos públicos foi o que originou o Ocupa Mãe.



Experiência de agricultura urbana liderada por mulheres no Rio de Janeiro. Foto: Maria da Graça Costa

Carolina começou a participar de reuniões e entendeu que era preciso envolver muitas mães. Para engajar outras mulheres, começou a usar de várias estratégias. "Por exemplo, tinha uma mãe que gostava de ir em um determinado parque, aí eu pesquisava quando era a reunião do conselho participativo daquele parque e falava para a mãe: 'vamos participar da reunião e depois a gente faz um piquenique'. Aí a mãe gostava e acabava participando do conselho."

Nesse processo, Carolina começou a levar mães e crianças para fazerem passeios em espaços políticos, como a Câmara dos Vereadores e a Assembleia Legislativa. "E era bem interessante, porque esses lugares não tinham onde trocar fralda, o bebedouro não servia para as crianças porque era muito alto. Então, você percebe que não estão nos vendo. Falam que democracia é para todo mundo, mas quem está lá fazendo as decisões geralmente são pessoas que estão bem distantes dessa questão dos cuidados", afirma Carolina.



A cidade deve acolher todo mundo. E não acontece isso. Então, nos próprios espaços de poder, onde é a Casa do Povo, as mães e as crianças não são bem-vindas", lamenta.

Entre muitas iniciativas, Carolina entregou, em janeiro de 2024, para a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a publicação *Sonhos das crianças* – realizada a partir do projeto *A cidade que sonho*, apoiado pelo Ocupa Mãe. O documento apresenta pedidos feitos pelas próprias crianças para formulação de espaços mais seguros para a infância, com a oferta de serviços públicos de qualidade.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelas mulheres para participarem da vida política, é de suma importância que resistam e se façam presentes nos debates e nos espaços



Eu comecei a perceber que a gente precisava estar nesses locais políticos para conseguirmos construir, junto com o poder público, uma cidade que fosse boa pra todo mundo", afirma a cientista.

de decisão com um discurso classista. É o que afirma Graça Xavier, coordenadora da União Nacional por Moradia Popular, da Rede Mulher e HÁbitat da América Latina e Caribe e do Conselho Nacional das Cidades, um órgão colegiado deliberativo e consultivo que integra o Ministério das Cidades.



É necessário fazer com que as mulheres, de fato, compreendam a verdadeira luta de classe. Por quê? Porque as cidades foram pensadas por homens ricos e brancos. Então, não foi uma cidade pensada para as mulheres e, principalmente, para as mulheres negras, que somos a maioria nas cidades", afirma.

Graça é também bacharela em Direito, especialista em Direitos Humanos e Políticas Públicas e *Fellow Social* da Ashoka, organização internacional sem fins lucrativos com foco em empreendedorismo social.

Ela afirma que as mudanças devem partir dos territórios onde as mulheres atuam, por isso reivindicar o direito à moradia é central. O lema da União Nacional por Moradia Popular, inclusive, é "a moradia é a porta de entrada para todos os outros direitos".

Carolina Borges entrega documento com solicitações das crianças para a Ministra Marina Silva. Foto: Acervo Ocupa Mãe





Mulheres em luta pelo direito à moradia em São Paulo. Foto: União dos Movimentos de Moradia São Paulo (UMM-SP)

Graça explica que “as mulheres, depois que adquiriram suas moradias, conseguem pensar coletivamente no direito à cidade, como, por exemplo, acessar uma escola e voltar a estudar, acessar à saúde e conseguir fazer com que os postos de saúde nos bairros atendam as pessoas que vivem ali de forma digna. Então, passam a pensar sobre uma cidade de fato inclusiva para mulheres e homens.”

Para ela, o trabalho tem que partir do território para depois ir para o macro, pensando em curto, médio e longo prazos. “Por isso, estamos nos articulando enquanto movimentos populares, mas com várias organizações feministas, as comunidades locais, as universidades, as instituições, a igreja católica, no sentido de fortalecer os trabalhos na base e articulando para que se construa não só políticas de governo, mas políticas de Estado.”

Como exemplo, ela traz o novo programa Minha Casa Minha Vida. “Em março, colocamos uma emenda no projeto de lei para que o programa atenda às mulheres vítimas de violência ou risco de morte com 100% de subsídio, porque

temos certeza de que, a partir do momento que essa mulher tiver sua moradia, ela vai conseguir refazer a sua vida. Sem moradia tudo é mais difícil.”

É também a partir da moradia que as mulheres constroem redes de cuidado, essenciais para o Bem Viver.

A professora Maria da Graça Costa diz que é nos territórios, bem como nas periferias brasileiras, que são criadas “formas de produção de solidariedade, de viver, muitas vezes, no perrengue, mas de construir, a partir dessa solidariedade, a possibilidade de vida comum.” Ela traz como exemplos o emprestar o material de construção para os vizinhos, cuidar da filha da amiga que precisa trabalhar, poder compartilhar uma comida com os outros. “Isso é Bem Viver.”

Nesse sentido, “as mulheres têm anunciado possibilidades de produção não só do futuro, mas de um presente concreto. Não é só uma imaginação, porque a gente também não pode construir aquilo que a gente não imagina, mas elas imaginam e elas fazem. Elas têm que fazer”, afirma a pesquisadora.

EM PAUTA

ALDEIAS “INVISÍVEIS” NAS CIDADES: INDÍGENAS ENFRENTAM E SUPERAM DESAFIOS QUANDO SAEM DE SEUS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS



Aldeia Kakané Porã, em Curitiba (PR). Foto: Camila Mĩg Sá dos Santos

Invisibilização, busca por reconhecimento e qualidade de vida marcam a trajetória de indígenas nos territórios urbanos.

Por Luciene Kaxinawá e Camila Mĩg Sá dos Santos*

“Inicialmente foram 80 famílias. Eram aproximadamente 300 pessoas, de 35 etnias distintas. No entanto, somente após oito anos de ocupação do Movimento Indígena na região, que investimentos públicos municipais começaram a ser executados no bairro. Atualmente, a população cresceu e somam 860 famílias, totalizando mais de 4,5 mil indígenas, de mais de 30 povos diferentes e falantes de cerca de 20 línguas indígenas”, conta Vanda Witoto, uma das lideranças do Parque das Tribos, uma comunidade indígena urbana que fica em Manaus (AM), mais precisamente na região do Tarumã Açú II.

O presente artigo faz parte da série especial Territórios Casa Comum, que traz conteúdos produzidos por representantes de diferentes povos indígenas. Conheça: bit.ly/RCC_TerritóriosCasaComum



Saiba mais

- Ashoka: www.ashoka.org/pt-br
- Conselho Nacional das Cidades: bit.ly/RCC_09_36
- Livro *Meu corpo é meu território: mulheres em defesa do bem viver na cidade*: bit.ly/RCC_09_37
- Projeto Ocupa Mãe: www.ocupamae.com e www.instagram.com/ocupamae
- Publicação *Sonho das crianças*: bit.ly/RCC_09_38
- Rede Mulher e Hábitat da América Latina e Caribe: www.redmujer.org.ar
- União Nacional por Moradia Popular: unmp.org.br

Considerado o primeiro bairro indígena de Manaus, o Parque das Tribos foi fundado em 2014 por meio de um projeto de habitação organizado por 60 etnias. Eram pessoas que, a princípio, saíram de suas comunidades de origem para a capital em busca de oportunidades de ensino e trabalho, dando início ao maior projeto de habitação multiétnica do Brasil.

Vanda relembra a falta de estrutura financeira para sobreviver na cidade. “Fui tirada da minha comunidade com 16 anos para a capital Manaus para trabalhar como empregada doméstica. Por oito anos vivi um dos maiores desafios da minha vida”, enfatiza.

“Foi só na cidade, e com 27 anos, que descobri o que era a universidade e que eu também tinha direito de ir para lá. Foi aí, em 2015, que eu pude entender os meus direitos e as violências que o próprio Estado impunha sobre nós. Eu só descobri que eu tinha Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) e nome indígena também com 27 anos. Compreendi, ainda, o apagamento da minha história e do meu povo. A partir daí, comecei um resgate da minha cultura junto com outros parentes que viviam na cidade”, conta Vanda.

O período da pandemia da Covid-19 também foi muito desafiador para os indígenas que vivem no Amazonas, um dos locais mais afetados pela crise. Eles sofreram

com a falta de atendimento de saúde. O cacique Ismael Munduruku, que viveu na pele esses momentos, relembra como foi difícil para a comunidade, somente pelo fato de estarem em contexto urbano.

“A gente tinha duas portas para bater: o Estado e a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e não obtivemos êxito. Quando fomos à SESAI, eles disseram que só eram de atenção básica, que não tinham estrutura para atender e que a prioridade eram os indígenas aldeados, sendo que os próprios indígenas aldeados relataram que não receberam nenhum atendimento nas aldeias também. E a prefeitura nos dizia para procurar a SESAI porque era ela que, teoricamente, teria recursos para nos atender. Infelizmente começamos a ver nossos parentes morrerem, inclusive nossa liderança da época, o cacique Messias”, relembra Ismael.

A música que fala do território

Já em Rondônia, o artista musical Txepo Suruí, conta como usa o trap para falar sobre essa relação da cidade com as suas raízes no território indígena Paiter Suruí – Terra indígena Sete de Setembro, em Cacoal.



A música sempre fez parte de mim. Meu povo sempre cantava e canta. Minha mãe e meu pai sempre ouviam bastante música. Quando eu escrevo sobre a minha família, sobre os indígenas, sobre a floresta, não é nada mais do que eu falando sobre o que eu vivi, o que sinto, o que vejo, o que espero que aconteça, sobre amor, ódio etc.”, diz o músico.

Txepo ainda fala sobre a constante prova de capacidade que indígenas e negros enfrentam nas cidades e como a falta de representatividade nos espaços da mídia e da arte influenciam. “Ser indígena no contexto urbano é desafiador. Assim como um preto tem que ser duas vezes melhor, com os indígenas não é diferente. Buscamos inspirações em nós mesmos, porque quando ligamos no telejornal, não vejo uma pessoa indígena, quando vamos a um festival de música famoso, não vemos um indígena. Por sermos indígenas, temos que aprender a superar todo dia e tentar ser cada vez melhor para nós mesmos e para os nossos povos”, afirma Txepo.



Txepo Suruí. Foto: Walela Soepileman Suruí

A aldeia urbana na região Sul

Outra experiência vem da aldeia Kakané Porã, segunda aldeia urbana do Brasil e a primeira da região Sul desde 2009, localizada no bairro Campo de Santana, zona Sul de Curitiba, no Paraná. A aldeia é multiétnica, composta por três povos indígenas da região Sul: povo Xetá, povo Kanhgág e povo Guarani (Tupi e Mbya). No início eram 35 famílias e, hoje, já somam 42, com aproximadamente 200 indígenas numa área urbana de 45 mil m². Ali, preservam 10 mil m² de sua área territorial conservando a mata e as araucárias.

A retomada de território desses três povos teve início em 2004 na antiga aldeia Cambuí, posteriormente se tornando aldeia Kakané Porã com a mudança de endereço, mas ainda não demarcada e não homologada. Carlos Alberto Kajer Luiz dos Santos, indígena pertencente ao povo Kanhgág, nascido e criado na Terra Indígena de Mangueirinha, sudoeste do Paraná, e maior reserva de araucária da América Latina, foi a primeira liderança da aldeia, desempenhando o papel de cacique da sua comunidade por muitos anos.

Em sua fala, ele enfatiza os prós e os contras de se viver no território urbano. “Na cidade é muito bom de viver, pois para nossos filhos estudarem é melhor. A saída da nossa aldeia

de origem é para procurar uma vida melhor, já que a cidade é um polo para acesso às escolas, empregos ou até para a comercialização de artesanatos”, comenta.

Carlos relata que é muito complexo sobreviver numa aldeia de origem devido às dificuldades financeiras, e que sua vida melhorou muito desde que se mudou para a capital do Estado. Mas também destaca os desafios, pois estar num espaço urbano não significa vencer as dificuldades da realidade da comunidade. “A nossa aldeia não é reconhecida, ou seja, demarcada. Com isso, a gente não consegue fazer projetos como, por exemplo, uma escola, uma Unidade Básica de Saúde e um Centro Cultural Indígena, que é o sonho de toda a comunidade.”

Há três anos, a Aldeia Kakané Porã adotou um meio de organização social interna democrática. Assim, ao invés de ser apenas um cacique na liderança, se elegeu uma Comissão de Lideranças, com representantes das etnias e gêneros, juntamente com os professores bilíngues para administração da comunidade. Carlos reconhece que esse modelo de organização tem sido um exemplo para as novas retomadas da região metropolitana de Curitiba, melhorando até mesmo o diálogo com as esferas públicas.

Ressignificando a luta indígena por uma vida digna e considerando os ciclos de crescimento da população da aldeia, o resultado do último Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mostra que hoje o número de indígenas que vivem nas cidades aumentou de 43 para 67%.

Isso confirma que os povos indígenas estão sim vivendo o seu *nhanderekó*¹ nas grandes cidades, colorindo as universidades, retomando os territórios e ocupando também os espaços de decisões que dizem respeito aos seus povos, como as medidas de prevenção às mudanças climáticas, a biodiversidade regional, etnossustentabilidade, demarcação e exploração dos territórios, não só dos povos indígenas, mas também do planeta todo.

¹ Em tradução simples: **Nhandereko** ou **Nhanderekó** significa “modo de vida do povo Guarani”. Representa onde a vida está e o relacionamento da vida com tudo que existe: os corpos, o espaço e o ambiente. Semelhante ao Bem Viver, trata do conhecimento ancestral, próprio do povo Mbya-Guarani. Essa expressão equivale à *Bien Vivir* (Bem Viver) de matriz representativa de diferentes povos andinos.

* **Luciene Kaxinawá** – primeira jornalista e apresentadora indígena da TV brasileira. Há 10 anos exerce a profissão. Atualmente, é apresentadora no Canal Futura e colunista Terra. É premiada nacional e internacionalmente pelo seu profissionalismo e representatividade. @lucienekaxinawa

Camila Mig Sá dos Santos – mulher indígena Kanhgág, mãe, artesã, graduanda em antropologia e pesquisadora pela UFPR (Universidade Federal do Paraná), artista indígena contemporânea, arte educadora, produtora audiovisual, etnocomunicadora e colaboradora da Mídia Indígena Oficial. @camila_ra_teij



Cacique Ismael Munduruku. Foto: Isael Munduruku

ESTAÇÃO CRIANÇA

BRINCAR NAS RUAS DA CIDADE É DIREITO DAS CRIANÇAS

Iniciativas ao redor do Brasil estimulam brincadeiras nos espaços públicos dos municípios.

Por Joanna Cataldo, do COLO – Coletivo de Jornalismo Infantojuvenil*

Você já brincou em algum espaço da sua cidade que todo mundo pode usar, como um parque ou uma praça? Kiara Huber, de 5 anos, mora em Jacareí, no interior de São Paulo, se divertiu no Parque da Cidade e guarda boas lembranças desses dias. “Eu brinquei com a argila e com as bolhas de sabão gigantes. Também consegui correr no pé de lata”, lembra. “O que eu mais gostei foi de brincar com a minha mãe e com um monte de crianças que estavam lá.”

Outro que também se divertiu nesses eventos foi o irmão de Kiara, Kurt Huber, de 8 anos, que conta ter gostado principalmente da bolha de sabão gigante. “Eu gostaria de brincar no Parque da Cidade de novo”, diz.

Brincar é um direito da criança, e isso está dito numa lei brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mas essa brincadeira não pode acontecer só dentro de casa ou pelas telas do celular ou da televisão. A cidade também tem de ter locais que ofereçam atividades para as crianças.

Para deixar as ruas mais “brincantes”, prefeituras e organizações estão investindo em eventos, cursos e projetos que têm como objetivo incentivar as crianças a sair de casa e se divertir pelas ruas dos municípios. Em alguns casos, criar espaços para brincar pode render até prêmios para a cidade, como foi o caso de Jacareí, onde moram Kiara e Kurt. Em 2022, o local recebeu o selo de “Cidade Amiga do Brincar” do IPA Brasil (Associação Brasileira Pelo Direito de Brincar e à Cultura) devido aos esforços para oferecer mais opções para as crianças brincarem.

Uma das iniciativas é o Recreaparque, do qual os irmãos participaram, em que o Parque da Cidade proporciona, de forma gratuita, uma série de atividades. Mas o município também oferece cursos para professores sobre a importância do brincar e adquiriu novos brinquedos para parques e escolas.

“A gente não aprende só na escola. Podemos aprender também brincando em lugares da cidade, como as praças.



Vitor e a mãe, Aline, fazem uma amarelinha em uma “calçada brincante” de Feira de Santana, na Bahia. Foto: Arquivo pessoal

Brincar é um direito das crianças e os adultos têm que garantir que elas consigam colocá-lo em prática”, explica Gabriela Romeu, jornalista, escritora e especialista em brincadeiras.

“Em uma brincadeira em um espaço público, a criança pode descobrir movimentos do corpo, criar vínculos com outras crianças e adultos, expressar o que sente. Além disso, ela se liga aos locais das cidades e, assim, aprende a cuidar deles”, diz Gabriela.

Belisa Pereira, que faz parte da diretoria da IPA Brasil, explica que o selo de “Cidade Amiga do Brincar”, que teve Jacareí como o primeiro município vencedor, foi criado com o objetivo de fazer com que os políticos do país deem mais atenção para o direito das crianças de brincar. “Queremos que as autoridades façam mais ações para promover, proteger e preservar o brincar nas cidades”, diz.

Calçadas brincantes

E se as calçadas da sua cidade fossem cheias de brincadeiras? Essa é a ideia do projeto “Calçadas Brincantes”, criado pelo Instituto NOA, que é uma organização não governamental, ou seja, uma entidade que faz ações pensando na melhoria de vida das pessoas, mas que não é do governo. O NOA realiza projetos em escolas e uma de suas iniciativas incentivou colégios e institutos de todo o país a reunirem crianças, pais, responsáveis, professores e toda a comunidade para realizar atividades nas calçadas, como amarelinhas e circuitos de brincadeiras. Instituições de São Paulo, Bahia e Minas Gerais participaram da primeira edição do projeto, realizada em 2023.

Em Feira de Santana, na Bahia, alunos e professores do Colégio Despertar, além de pais, mães e outras pessoas interessadas, se reuniram em um sábado de outubro para fazer as brincadeiras nas ruas. Ao longo do dia, varreram as calçadas e pintaram desenhos no chão, usando moldes feitos de giz e fitas-crepe, para marcar os contornos dos desenhos.

“Foi um dia muito divertido: a gente desenhou, pintou”, lembra Vitor Cerqueira, de 10 anos, que ajudou a produzir uma amarelinha e um circuito com indicações de brincadeiras variadas, como pular em um pé só. “A nossa professora entregou alguns cartões com os locais onde as calçadas estavam sendo pintadas e pediu para a gente distribuí-los para as pessoas que estavam passando na rua. Nós perguntávamos para elas: ‘Você tem filho ou neto?’ Queríamos que eles levassem as crianças nas brincadeiras que tínhamos feito.”

No dia seguinte, Vitor e a mãe, Aline Vilas Boas, voltaram ao local das brincadeiras para ver como elas estavam. Como era domingo, a avenida estava fechada, e eles ficaram felizes ao ver várias crianças da região brincando nas atividades que tinham feito.

* O COLO (Coletivo de Jornalismo Infantojuvenil) foi criado em fevereiro de 2022 por jornalistas e comunicadores que atuam em conteúdos midiáticos dirigidos a crianças e adolescentes e por pesquisadores da área. Conheça em: www.coletivocolo.com.br



Lucas brinca de amarelinha em uma calçada brincante de Contagem, em Minas Gerais. Foto: Arquivo pessoal

Brincadeira sem fim

Já na cidade de São Paulo, Nicole Almeida, de 11 anos, nem precisa ir muito longe para usar uma calçada brincante – algumas atividades foram feitas bem na rua da sua casa. No caso, as brincadeiras foram arranjadas pela organização Alquimia e contaram com a colaboração de toda a comunidade.

Assim como em Feira de Santana, foram produzidas amarelinhas e circuitos de brincadeiras. “O projeto ajudou a me tirar da tecnologia. Foi muito legal ir para as ruas e me divertir com os meus amigos”, diz.

Além disso, no caso de algumas crianças, as calçadas brincantes não representaram apenas uma atividade de um dia só. Sempre que passam nos locais onde elas estão, voltam a brincar ali. “Tem brincadeiras que foram feitas perto da igreja. Toda semana eu vou para lá e brinco com elas”, diz Lucas Januário, de 8 anos, que mora em Contagem, Minas Gerais.

“Antes das calçadas brincantes, quase nenhuma criança saía para a rua. Elas ficavam muito dentro de casa. Mas, agora que fizeram essas brincadeiras, elas podem dar umas saidinhas pra brincar nas calçadas”, conta o menino.

Na cidade de Lucas, as atividades foram realizadas pelo Instituto Sara Camilo e pela comunidade da região, reunindo também pais, mães e parentes das crianças. Com o apoio de todos, foram feitas amarelinhas, pegadas de dinossauro, desenhos, entre outros.

Como as crianças podem ajudar na criação de “espaços brincantes nas cidades?”

“Os adultos precisam escutar as crianças e considerar o que elas têm a dizer sobre as cidades. Como elas acham que deveriam ser os locais para brincar? Com quais brinquedos os espaços públicos deveriam contar? Suas vozes e suas presenças são importantes para esses lugares.”

Marcia Gobbi, professora da Faculdade de Educação da USP e pesquisadora de temas como infância e espaço urbano.



Kiara e Kurt brincam de bolhas de sabão gigantes no Parque da Cidade, em Jacareí, São Paulo. Foto: Arquivo pessoal

Cidades: direito nem sempre garantido para as crianças

É preciso lembrar que nem todas as crianças ainda têm a oportunidade de brincar como gostariam em seus bairros. Muitas cidades brasileiras não estão preparadas e as crianças que mais enfrentam essa dificuldade são aquelas que moram nas regiões periféricas, que não contam com parquinhos, praças, quadras esportivas etc. Isso sem falar na falta de espaços e áreas verdes, que são tão importantes para o contato das crianças com a natureza. Ainda há muito o que avançarmos pelo Brasil afora.

O Instituto Data Favela, por exemplo, fez uma pesquisa chamada *O brincar nas favelas brasileiras*, durante a pandemia de Covid-19. E o estudo trouxe à tona a falta de espaços para brincar nas favelas: apenas 29% das mães entrevistadas disseram que contavam com um parquinho em sua comunidade, por exemplo. Além disso, brincar fora de casa nas favelas também traz uma série de medos e receios, como o da violência urbana.

Conheça mais dados da pesquisa em: bit.ly/RCC_09_39



NA PRÁTICA

O PROTAGONISMO E O ENGAJAMENTO DAS JUVENTUDES PARA TRANSFORMAR SEUS TERRITÓRIOS

Conheça iniciativas de jovens desenvolvidas pelo Brasil para o bem comum de suas comunidades.

Por Camila Vaz e Gabriella Maduã, do Em Movimento*

O Brasil tem quase ¼ da sua população sendo jovens, ou seja, quase 50 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, segundo dados do Atlas das Juventudes, em 2021. Esse *boom* demográfico carrega consigo uma janela de oportunidades de desenvolvimento social, mas também uma urgência nas ações direcionadas a esse público.



Ser jovem hoje significa romper barreiras de gerações anteriores, mas ao mesmo tempo aprender com elas. Não podemos cometer os mesmos erros do passado e precisamos criar um novo mundo. Modernidade, solidariedade, empatia e conexão são valores que devem moldar-nos. É criar uma geração nova que se faz presente e atuante, levando o mundo para um caminho melhor. – fala de um jovem participante na etapa qualitativa do Atlas das Juventudes.

O protagonismo dessas juventudes se dá devido à capacidade dos jovens de assumir o controle de suas vidas e influenciar ativamente o mundo ao seu redor. Não se trata apenas de ter voz, mas também de ser ouvido e impactar os espaços que estão inseridos. Assim, quando assumem um papel ativo na sociedade, se tornam agentes de mudanças, contribuindo para o desenvolvimento social, político, econômico e cultural de seus territórios.

Segundo Glória Diógenes, doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), “a pesquisa acerca do ‘Perfil da Juventude Brasileira’, realizada em 2003, assinala que as políticas públicas deveriam considerar não somente a dimensão formativa da juventude, mas também aquela referente à experimentação e à participação. Tudo isso porque o próprio entendimento acerca do que significa juventude, sua delimitação etária, tem sido atravessado por tensões entre posições diversas e esforços constantes de atualização conceitual acerca da temática.”¹

O engajamento das juventudes é fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de transformação comunitária e, com isso, a mudança do *status* de desenvolvimento social do país. Isso envolve a participação ativa dos jovens em atividades e projetos que visam melhorar suas comunidades.

¹ DIÓGENES, Glória. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In MENDONÇA FILHO, M.; NOBRE, M.T.(orgs.) *Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa [online]*. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009. p.275. Disponível em: bit.ly/RCC_09_40

Engajamento na prática

Segundo a Pesquisa *Juventudes Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (JUMA)*, realizada pelo Em Movimento e a Rede Conhecimento Social, o meio ambiente é um dos três assuntos que mais interessa às juventudes.

A pesquisa também afirma que as juventudes consideram motivos para se engajar pessoalmente em seus territórios por meio de campanhas com a temática ambiental, porque a preocupação com o futuro é o principal fator. Além disso, entendem que a melhor maneira de atuação direta nos seus territórios é através dos movimentos de base.

Conheça jovens que têm provocado mudanças nas suas comunidades:

Educação ambiental na Amazônia



Samara Borari. Foto: Pedro Paquino



Mariana Malheiros. Foto: Pedro Paquino

Samara Borari é de Alter do Chão, no Pará, na Amazônia, graduanda em Ciências Biológicas, ativista ambiental, integrante do comitê racial da Fashion Revolution Brasil, voluntária na organização de jovens Engajamundo, educadora ambiental e atuante no projeto Território Transformador do Tapajós pela organização Ashoka.

Já Mariana Malheiros é do Amapá, na Amazônia, graduanda em Ciências Ambientais e atuante no projeto Território Transformador do Tapajós. Além disso, é percussionista de carimbó, ambientalista e participa de projetos voltados para educação socioambiental na Amazônia.

Juntas, atuam no Instituto Mureru Eco Amazônia (IMEA), uma iniciativa que endereça educação ambiental, desenvolvimento sustentável, proteção de populações tradicionais e a garantia dos direitos humanos.



Nós atuamos como educadoras ambientais visitando escolas de jovens e crianças indígenas, quilombolas e periféricas de Santarém. Discutimos, principalmente, justiça climática para as juventudes amazônicas, de jovem pra jovem, conversando sobre os impactos ambientais que os territórios enfrentam, o que é a crise climática, como está relacionada com os últimos eventos e de que maneira esses jovens podem ser agentes de transformação e porta-voz dentro do seu território”, afirma Mariana.

O IMEA atua principalmente na área da Educomunicação, visando a formação de lideranças e o protagonismo infanto-juvenil. Trabalha também na capacitação de professores, crianças e jovens para pensar e agir de forma global e local, contribuindo para a sustentabilidade ambiental da Amazônia e do planeta.

A arte para a promoção da preservação

Pedro Alace é de Castanhal, no Pará, da comunidade rural Agrovila Itaqui. É estudante de Agronomia, multiartista e atua como coordenador do Coletivo Mirí, que trabalha com educação socioambiental e crítica, pautando a referência dentro das comunidades rurais e periurbanas do interior da Amazônia.

Criado em 2016, o Coletivo Mirí tem como objetivo promover o ativismo socioambiental, tendo a arte como uma ferramenta de sensibilização, trazendo à tona a defesa dos igarapés, matas e do viver comunitário.

Pedro conta que “além de Castanhal, chegamos também a outros territórios rurais da Amazônia paraense, mostrando por meio de metodologias inovadoras que a cultura local pode ser utilizada para promover espaços de resistência e mobilização socioambiental, evidenciando que o poder de uma comunidade unida, aliado a força de suas expressões artísticas são urgentemente necessárias para garantir que seus direitos sobre a terra sejam respeitados.”

O Mirí entende que a identidade construída da Amazônia não é somente de florestas e rios, mas também tem, na sua essência, toda a natureza exuberante, povos e comunidades que vivem e se nutrem dela e, com isso, precisam estar diretamente ligados com a política local que está sendo construída nesses municípios.



Pedro Alace. Foto: Pedro Paquino

A cultura do Cerrado em voga



Ramona Jucá. Foto: Matheus Alves

Ramona Jucá é natural de Taguatinga, no Distrito Federal, e moradora da Ocupação Urbana e Cultural Mercado Sul Vive, território carregado de muita luta urbana e de reinvenções culturais no cerrado brasileiro. Ramona é indígena do Povo Potiguará Ibirapi, das raízes do município Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte. Formada em audiovisual pelo Instituto Federal de Brasília, atua como “ativista da tecnologia, arte e da cultura ancestral na perspectiva do cinema de guerrilha”, como ela mesmo comenta.

Ramona é liderança jovem na Ocupação Cultural Mercado Sul Vive. Ela acredita ainda que a luta por uma vida com qualidade só é possível se existir uma contribuição real com a conservação da região, seja ela proveniente das forças governamentais ou das populações locais. “Cuidar, preservar, plantar, colher e se alimentar. Terra cuidada é mente nutrida”, acrescenta.

O intuito é preservar o lugar histórico de Taguatinga (e do Distrito Federal) tanto em sua dimensão arquitetônica, quanto das vidas vividas e a cultura que aflora há décadas desse lugar. Com esse movimento, pretendem dignificar a morada e o trabalho daqueles que residem ali, fortalecendo as ações que já existem, expandindo-as e enraizando-as, para servir de meio e apoio para novas ações e iniciativas, criando um centro de difusão e criação cultural de Taguatinga.



Saiba mais

- E-mail: coletivomiri@gmail.com
- Instagram: [@coletivomiri](https://www.instagram.com/coletivomiri)



Potencial das juventudes: direitos, cuidado e ação

Mostrar a capacidade e a disposição para resolução de problemas enquanto característica-chave dos(as) jovens é, justamente, um dos objetivos da série em vídeo “Potencial das Juventudes: direitos, cuidado e ação”, uma iniciativa da Revista Casa Comum, em parceria com o Nós, mulheres da periferia. Confira os três episódios dessa produção audiovisual: bit.ly/RCC_SérieJuventudes



Saiba mais

- Site: www.mercadosul.org
- Instagram: [@mercadosulvive](https://www.instagram.com/mercadosulvive) e [@ramona_juca](https://www.instagram.com/ramona_juca)

* O **Em Movimento** é uma aliança de organizações que, com base em evidências, atua de forma colaborativa e intersetorial com a missão de apoiar a garantia de direitos e o pleno desenvolvimento das juventudes. www.emmovimento.org.br



Saiba mais

- Instagram: [@imeaooficial](https://www.instagram.com/imeaooficial)
- Site: www.institutomureru.org

EM PERSPECTIVA

DE REPENTE 50 E UMA IMPORTANTE QUESTÃO: A SOCIEDADE ESTÁ PREPARADA PARA A LONGEVIDADE DA SUA POPULAÇÃO?

Por Claudia Lima*

Nunca um ditado fez tanto sentido quanto o famoso "A idade chega pra todos". Quando a gente é jovem, fora momentos em que fazemos aquelas projeções futurísticas do tipo "o que eu estarei fazendo quando tiver 30 anos", a gente nunca pensa em maturidade até que começa a perceber que não consegue mais ler com a mesma facilidade de antes. Ou, no caso das mulheres, no fatídico momento do fim da menstruação. Ou, de maneira reveladora, quando precisa visitar um geriatra.

O fato é que, apesar de o mundo ainda valorizar a juventude como o maior bem de todos, nunca se falou tanto em velhice, amadurecimento e longevidade. Nas revistas, na internet, nos programas de TV, nos *podcasts*. Então, o velho está na moda? Não exatamente. Mas os números estão aí para atestar a teoria: a população mundial está envelhecendo. E mais rapidamente do que no passado.

Inclusive, enquanto escrevo esse texto, dou de cara com a notícia de Dona Dorothy, uma pernambucana de 90 anos que se formou em direito, em 2023, e acaba de entrar na faculdade de jornalismo. Também penso em Zezé Motta, para mim o maior exemplo de que idade é só um número: ampliou seu horizonte profissional explorando ainda mais seu lado cantora e, aos mais de 70 anos, reinventou uma carreira exemplar tornando-se garota propaganda e criadora de conteúdo.

Referências como essas mostram que a revolução está apenas começando. Segundo relatório do Fundo de População das Nações Unidas, a cada segundo, duas pessoas completam 60 anos no mundo, o que dá quase



Ilustração: Clarissa Monteiro

58 milhões de pessoas por ano. E, até 2050, estima-se que uma a cada cinco pessoas estará completando seu 60º aniversário.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que, em dez anos, o número de pessoas acima dos 60 anos passou de 11,3% para 14,7% da população, um aumento de cerca de nove milhões de idosos. Mas será que a sociedade está preparada para essa realidade?

Se formos falar do ponto de vista das mulheres da minha geração, nascidas nos anos 1970 e que, portanto, estão hoje na casa dos 50, a resposta ainda não é das mais animadoras. Essa talvez seja a primeira geração que chega aos 50 anos tirando o envelhecimento do armário, provando que idade não tem cara definida e muito menos motivo de vergonha. E que também está aprendendo que, para ter uma velhice de qualidade, a hora de se cuidar é agora. E mais: tirando, de baixo do tapete, assuntos que, por muito tempo, foram considerados tabu.

Nunca se falou tanto, por exemplo, sobre menopausa, que é o dia em que se completa um ano sem menstruar e que marca o final da fase reprodutiva, hoje discutida mais abertamente, buscando acabar com todos os estigmas cultivados por décadas. Segundo o estudo *A Demografia da Menopausa*, realizado em 1996, cerca de 25 milhões de mulheres no mundo passam pela menopausa todos os anos e, até 2030, esse número deve ultrapassar 1,2 bilhão.

Sim, a menopausa é pop e está em todo lugar – na internet, nos filmes, nas revistas e até na boca das famosas. Mas há ainda muita desinformação, inclusive de parte da classe médica. E, como mulher preta, não posso deixar de observar que, nesse sentido, não há um olhar inclusivo para nós e, também, para as mulheres periféricas.

É urgente que se criem políticas públicas que levem informação, envolvam diagnóstico e deem acesso a tratamento para todas as mulheres, incluindo também aquelas em vulnerabilidade social e que, por conta de uma dura realidade, passam pela menopausa sem conhecimento, com sofrimento e achando, sim, que a vida acabou. Algumas providências para isso já vêm sendo tomadas. Em março, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou um projeto de lei que visa proporcionar tratamento para mulheres em climatério e menopausa pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao contrário de anos atrás, quando ter meio século era estar cada vez mais perto da aposentadoria, o processo de amadurecimento vem sofrendo transformações nítidas. Pessoas de 50 e 60 anos estão no auge, tanto na postura,

quanto na atitude e na capacidade física e intelectual. E isso se reflete no mercado de trabalho. Maduros que hoje têm 50 anos ou mais continuam produzindo e tocando suas carreiras como sempre estiveram e nem pensam em deixar o mercado de trabalho, muito pelo contrário.

Mas será que as organizações estão prontas para reter e absorver esses profissionais? É preciso que se criem mecanismos para reter e contratar profissionais mais velhos que podem continuar exercendo suas funções como trazendo toda uma bagagem de experiência que proporciona uma troca intergeracional incrível.

O fato é que a mudança na expectativa de vida é um fenômeno que precisa de uma transformação urgente na sociedade. Se vamos viver mais, precisamos viver melhor.

É urgente que as pessoas também tenham mais acesso à cultura, ao lazer e à mobilidade urbana. Precisamos de condições para circular pela cidade com mais segurança, o que significa andar em calçada niveladas e seguras para todos que transitam pelas vias públicas.

Em resumo, jovens e velhos, poder público e cidadãos precisam pensar na velhice como a construção do Bem Viver de uma etapa da vida na qual todos iremos passar. Como diriam os Racionais, "o barato é louco e o processo é lento". Mas estamos aqui pela mudança que, com sorte, todos estaremos aqui para ver.



Saiba mais

■ Publicação *Envelhecimento no século XXI: celebração e desafios*. Disponível em: bit.ly/RCC_09_41

* **Claudia Lima** é jornalista. Atua como editora, roteirista e apresentadora, além de ser colunista da Revista Vogue, com foco em temáticas dedicadas às mulheres maduras. Também é colaboradora do site *Mina Bem-Estar*. Foi roteirista do *podcast Vogue Sua Idade*, entre outras produções, e é uma das autoras de *"Maria Glória do Brasil"*, livro em homenagem à jornalista Glória Maria.

MOBILIZE-SE

DE FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS A TRIBUNAIS POPULARES: INICIATIVAS ENGAJAM CIDADÃOS PARA PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS CIDADES

Metodologias chamam a população para debater problemas, propor soluções e pressionar agentes públicos e privados.

Por Elvis Marques

Assembleia Cidadã de Bujaru. Foto: Equipe Delibera Brasil



E se você pudesse se reunir com outros moradores do seu bairro, professores universitários, governantes, empresários e, juntos, discutir e propor saídas para a implementação de uma educação pública em tempo integral no Ceará ou para pensar como a coleta seletiva pode alcançar todas as localidades de Belém?

Parece algo distante? Mas, não é. Há várias metodologias de participação popular para além dos votos nas eleições ou das já conhecidas – e importantes – audiências públicas, como o Tribunal Permanente dos Povos (TPP), Assembleias Cidadãs, Minipúblicos, Júri Cidadão, laboratórios de inovação e outras.

Algumas iniciativas são históricas, originárias de outros países e contextos, outras desenvolvidas conforme a necessidade brasileira, mas que buscam, sobretudo, o diálogo, a resolução de algum conflito ou a melhoria de um serviço público. Conheça algumas delas e mobilize também seu território:

Deliberação e Assembleia Cidadã

O Coletivo Delibera Brasil, uma organização sem fins lucrativos, busca contribuir para o fortalecimento e a melhoria da democracia brasileira por meio da Deliberação Cidadã, a partir de uma ação conhecida como Assembleia Cidadã. Essa metodologia é baseada num modelo desenvolvido pelo cientista político Graham Smith para avaliar inovações democráticas.

A Deliberação Cidadã é um instrumento de participação social integrado aos processos democráticos de tomada de decisão, com a possibilidade das pessoas estarem no centro dos debates e com informação.

Já as Assembleias Cidadãs são tidas pela organização como uma inovação democrática. “Eles viabilizam a deliberação ao recrutar e sortear um grupo pequeno, mas representativo de uma comunidade ou população (de um bairro, cidade, estado ou, até, do país). Esse grupo dedicará o tempo necessário e será apoiado por uma equipe de facilitadores para se informar bem, deliberar e fazer suas recomendações sobre uma questão importante para toda a comunidade”, explica o coletivo.

Com as recomendações em mãos, os participantes podem incidir na formulação ou melhoria de políticas públicas, nas decisões de governos e iniciativas de interesse público.

Outra parte importante da metodologia é a divulgação dos resultados, que, segundo o Delibera Brasil, contribuirá para a qualificação do debate público, além de aproximar as pessoas da política, seja em pautas complexas, que envolvem várias partes interessadas, ou para problemáticas do cotidiano.

Experiências:

Conecta Niterói: Acesso Universal à Internet

Ao longo de 2023, a Assembleia Cidadã foi formada e se reuniu para propor soluções diante dos desafios para o desenvolvimento da cidade de Niterói (RJ). A iniciativa contou com o apoio da Prefeitura e da organização UNiperiferias, e resultou em uma carta de recomendações ao prefeito, elaborada e assinada por 35 pessoas, sobre o acesso à internet em Niterói, a digitalização de serviços públicos e a inclusão digital.

Primeira Assembleia Cidadã sobre o Clima nas Cidades Amazônicas do Brasil

Em 2024, a metodologia chega na Amazônia Legal brasileira, mais especificamente no município de Bujaru, no interior do Pará, com o objetivo de contribuir para os desafios enfrentados na região e apoiar os esforços dos governos locais. A localidade conta com uma economia baseada na agropecuária e no cultivo de plantas frutíferas. Também há forte presença de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. A Assembleia deve se basear, ao longo do ano, sobre como o território pode se posicionar estrategicamente para um futuro de extrativismo sustentável e bioeconomia.

Dando sequência à ação realizada no Pará, nos próximos meses, a entidade promoverá o ciclo deliberativo latinoamericano de Assembleias Cidadãs sobre o Clima em cidades no México, Colômbia e Argentina.

Conheça a iniciativa:

■ Delibera Brasil - deliberabrasil.org

Tribunais populares

Nos anos de 1966 e 1967, o filósofo britânico Bertrand Russell, o filósofo francês Jean-Paul Sartre e o jurista italiano Lelio Basso organizaram, em Estocolmo, na Suécia, e em Roskilde, na Dinamarca, um evento que ficou conhecido como Tribunal Internacional de Crimes de Guerra ou Tribunal Russell, o que contribuiu para investigar os crimes de guerra cometidos pelos EUA no Vietnã.

Depois disso, surgiu em 1976, em Bolonha, na Itália, o Tribunal Permanente dos Povos (TPP), para dar continuidade aos Tribunais Russell I e II, com o objetivo de ouvir e potencializar as denúncias de povos vítimas de violações dos direitos presentes na Declaração Universal dos Direitos dos Povos.

O Tribunal é uma instância de opinião, com a participação ampla da sociedade e de pessoas de renomadas diferentes atuações, que procura reconhecer, visibilizar e divulgar as violações de direitos. Segundo o TPP, a iniciativa existe “para suprir a ausência de uma jurisdição internacional competente que se pronuncie sobre os casos de violações contra os povos.”



Tribunal do Cerrado realizado em Goiânia. Foto: Thomas Bauer

Experiências:

Bioma Cerrado


Após várias audiências mundo afora, em 2021, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, uma articulação de 50 movimentos e organizações sociais, peticionou, junto ao TPP, a realização de uma sessão especial para julgar, no Brasil, o crime de Ecocídio em curso contra o Cerrado e a ameaça de genocídio cultural dos povos do Cerrado.

Durante o julgamento, o TPP do Cerrado apresentou 15 casos oriundos da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí e Tocantins. De acordo com a Campanha, os casos foram selecionados a partir de um amplo processo de escuta e análise envolvendo lideranças comunitárias e organizações sociais.

Ao final do processo, Estados e empresas foram condenados por crimes contra o Cerrado e seus povos. O veredito, com 128 páginas, apresenta recomendações para diferentes instâncias do Legislativo, Judiciário e Executivo sobre cada uma das denúncias das comunidades apresentadas no Tribunal.

Alimentação

Durante a pandemia de Covid-19, foi realizado, em 2021, de forma virtual, o Tribunal Popular da Fome, de iniciativa da Conferência Popular por Democracia, Direitos, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Foram ouvidos, como testemunhas, representantes de movimentos sociais, e a acusação foi composta pelos juristas Deborah Duprah e Flávio Bastos.

O governo de Jair Bolsonaro foi considerado réu na ação devido às inúmeras ações que contribuíram para que o país retornasse ao Mapa da Fome e parte expressiva da população vivesse em situação de insegurança alimentar, como o desmonte do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), ao extinguir o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); e a desmobilização do processo de Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o que fragilizou a capacidade de controle social sobre as políticas públicas. A iniciativa integrou a Jornada de Convergências, e contribuiu para debater e dar visibilidade ao tema e denunciar o governo federal. Saiba mais em: bit.ly/RCC_09_42 

Juventudes




Em 2016, aconteceu, em São Paulo (SP), o Tribunal Popular pelo fim dos genocídios das juventudes negras, indígenas, pobres e periféricas. A ação durou dois dias e foi organizada por coletivos populares das regiões do M'Boi Mirim e Campo Limpo, e contou com o apoio do Fórum em Defesa da Vida, Centro de Direitos Humanos e Educação Popular, Sociedade Santos Mártires, Comitê Juventude e Resistência, Ação Cristã para Abolição da Tortura, Monitoramento Jovem de Políticas Públicas (MJPOP) Sampa Sul, e outras lideranças e coletivos das regiões.

Ferrogrão

Em março de 2024, foi realizado, em Santarém (PA), um Tribunal Popular organizado por comunidades indígenas, quilombolas, agricultores familiares, organizações e movimentos sociais para a ferrovia conhecida como Ferrogrão, que, segundo a organização do evento, é uma pauta prioritária do agronegócio para a Amazônia, e que pode resultar no desmatamento 50 mil km² de floresta.

A sentença foi lida pela liderança indígena Alessandra Korap Munduruku, a qual afirmou: "Esse tribunal popular determina o cancelamento imediato e definitivo do projeto da Ferrogrão por parte do governo federal e a devida responsabilização das empresas envolvidas." O resultado do debate foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde tramita uma ação sobre a constitucionalidade da estrada de ferro.

Conheça a iniciativa:

- Veredito sobre os crimes contra o Cerrado e seus povos: bit.ly/RCC_09_43 
- TPP: bit.ly/RCC_09_44 
- Sentença do Tribunal da Ferrogrão: bit.ly/RCC_09_45 



Conecta Niterói - Acesso Universal à Internet. Foto: Yuri Vasquez

Laboratórios de inovação

Os laboratórios de inovação ou de experimentação costumam estar ligados a uma instituição principal, seja pública, privada ou de cunho social, em que, a partir de metodologias específicas, determinados problemas são apresentados e um grupo de pessoas é chamado a propor ideias para a sua solução, protótipos são criados e testados.

Segundo a BrasilLab, organização atuante na área de inovação, tecnologia e empreendedorismo, os laboratórios, em geral, apresentam maior grau de liberdade do que a instituição principal. "Eles são criados com o objetivo exclusivo de promover a inovação, não sendo responsáveis pela realização de trabalhos operacionais ou pela oferta direta de bens ou serviços públicos. O seu propósito é o de gerar conhecimentos, estratégias e experiências relevantes," fundamenta a instituição.

Experiências:

Liderança comunitária

O Laboratório de Experimentação e Inovação em Práticas Comunitárias da Maré (LabMaré) é desenvolvido pela Redes da Maré, no Rio de Janeiro, e voltado para formação, estímulo e apoio a lideranças comunitárias orientadas pela criação e manutenção do bem comum. A cada edital, a organização busca reunir pessoas, redes e projetos da comunidade para pensar e criar modos coletivos de atuar no território.

"Queremos abrir espaço para outras maneiras de pensar, fazer, imaginar, experimentar e experienciar o espaço público, com formas mais participativas, mais influentes e menos privatizadas. Desejamos fortalecer as atuais lideranças comunitárias e ver nascer novas lideranças que possam encarar a complexidade dos desafios atuais, aprendendo com a história e os antigos desafios da comunidade", explica a Redes da Maré.

O edital 2024 já está em andamento, e deve apoiar 30 propostas com um pequeno fundo de recurso financeiro, que será disponibilizado ao longo dos meses de laboratório, por meio da apresentação e aprovação de orçamentos submetidos pelas equipes selecionadas.



Agenda territorial

Com mais de 10 anos de atuação, a Agenda Pública desenvolveu uma metodologia chamada ODSLab com o objetivo de implementar alternativas eficazes e customizadas para problemas complexos que afetam o cotidiano dos cidadãos. O projeto parte dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma agenda pactuada entre os membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

Um dos exemplos desenvolvidos a partir desse método foi a construção de uma agenda territorial no Vale do Rio Itaim (PI), em 2019, com a participação de 20 lideranças comunitárias de sete localidades da região. O projeto buscou, principalmente, pensar o desenvolvimento sustentável do Vale do Rio Itaim.

Como resultado da iniciativa, foi elaborado um plano de ação que prevê ações de combate à pobreza, crescimento econômico e sustentabilidade ambiental. Ainda conforme a Agenda Pública, foram desenvolvidas também ferramentas de sistematização e monitoramento das ações, de forma que as experiências com bons resultados serão replicadas no âmbito estadual, com foco na implementação da Agenda 2030.

Conheça a iniciativa:

- LabMaré - redesdamare.org.br 
- ODSLab - odslab.org.br 

CIDADANIA DIGITAL

INFLUENCIADORES DIGITAIS DO BEM VIVER: ATIVISMO NA CONSTRUÇÃO DE OUTRO MUNDO POSSÍVEL

Por Vinícius Borges Gomes*

Influenciadores digitais têm tomado conta das plataformas digitais e arrebanhado milhões de “seguidores” nos mais diversos campos. A palavra “influencer” passou a ser amplamente usada em meados de 2015. Mas a história começa bem antes: já no fim dos anos 1990, surgiam os *blogs*. Os diários digitais foram ganhando novos contornos com a possibilidade de publicação de vídeos e fotos, sobretudo a partir do começo dos anos 2000. Tanto é que muitos influenciadores, ainda hoje, são chamados de “*blogueiros*”.

Basta estar em alguma plataforma digital, como Instagram ou Facebook, para ser um influenciador? Negativo! A simples presença nas redes não torna ninguém um influenciador digital, ainda que toda e qualquer pessoa influencie seu ciclo de convivência em maior ou menor grau. Um influenciador age de forma estruturada e, em geral, atua em algum nicho ou grupo de interesse específico. Sua prática também é multiplataforma. Isso significa que ele está presente em várias redes sociais diferentes. A produção de conteúdo deve ser periódica e, via de regra, organizada a partir da compreensão de funcionamento de cada rede.

Há influenciadores que atingem milhões de seguidores. Mas existem, também, microinfluenciadores que, embora atinjam um número de pessoas muito menor, conseguem estabelecer sua atuação midiática de forma orgânica e com relativo impacto.

Uma natureza própria da influência digital é seu papel mercadológico. Muitos dos influenciadores digitais atuam como mídias de si e, valorizando a marca do próprio nome, passam a comercializar seu prestígio junto ao público para vender uma série de produtos. Os seguidores conferem certa autoridade aos influenciadores que seguem.

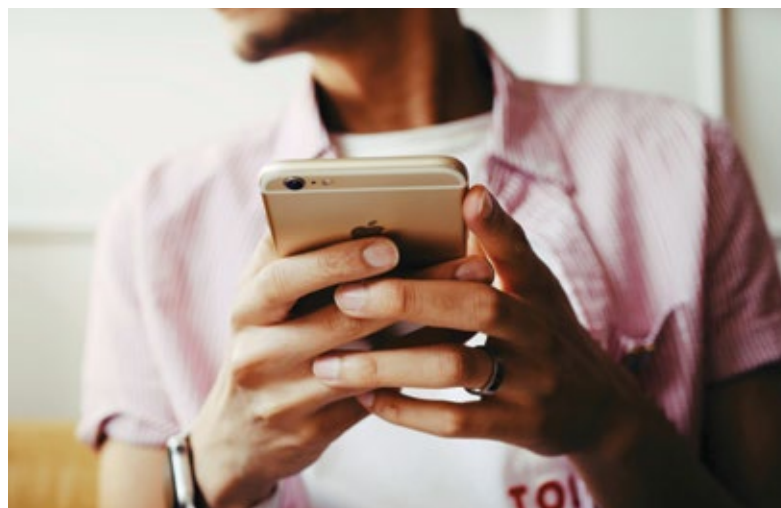


Foto: Patrick Tomasso / Unsplash

Outros influenciadores digitais buscam estabelecer sua atuação para impactar ideias, valores, opiniões e posicionamentos. São aqueles que buscam influenciar o debate social. Podem estar associados à política, à religião e aos movimentos sociais, por exemplo. De maneira geral, muitos deles acabam se associando a movimentos extremistas. É um fenômeno contemporâneo desafiador e global. Os discursos violentos e simplistas viralizam com facilidade e catapultam alguns nomes a um cenário de ampla visibilidade. Não são poucos os que passam a espalhar desinformação – distorções variadas ou mentiras (conhecidas como *fake news*).

Ainda no campo da influência digital no debate social, outros influenciadores passam a estruturar sua ação a partir de bandeiras progressistas, da defesa dos direitos humanos, da visibilização de territórios, povos e grupos periféricos. Há espaço, mesmo no emaranhado confuso e mercantil das plataformas digitais, para que se escutem vozes

tradicionalmente silenciadas no debate social. De forma rebelde e desafiadora, esses ativistas digitais assumem a tarefa de comunicar mensagens de potencial transformador. Seus corpos midiáticos, virtualizados em novas comunicabilidades, pautam debates urgentes e necessários.

Chamaremos, neste texto, todos os influenciadores digitais que assumem um ativismo digital comprometido com a igualdade, a defesa dos direitos humanos e uma sociedade mais justa de influenciadores digitais do Bem Viver. São aqueles que, comprometidos com as próprias vivências, povos ou grupos a que pertencem, vocalizam outras tantas vozes que precisam ser ouvidas numa sociedade de divisão e desigualdades.

As plataformas digitais não são neutras. Reconhecer essa condição é fundamental para que não se caia em uma ingenuidade romântica. Contudo, apesar dos posicionamentos questionáveis de muitas *big techs*¹, é possível estabelecer uma comunicação humanista que atravesse as frestas viáveis em uma infraestrutura

algoritmizada para o consumo. Essa atuação precisa estar ladeada pela urgência de uma regulamentação que não deixe dúvidas sobre a importância de combater a desinformação, os discursos de ódio e a violência cibernética.

Compromissados com a esperança coletiva, os influenciadores do Bem Viver podem pautar o debate social a partir de questões que partam de uma visão integral do planeta, seus territórios e suas gentes. O universo *on-line* tem suas dinâmicas e as múltiplas linguagens, em constante transformação, que precisam ser usadas com ousadia. Isso não significa ceder a uma replicação irrefletida e mercantil das práticas virais, mas comunicar-se sem anacronismos que pouco impactam a vivência diária.

Para saber mais sobre o tema e refletir suas nuances, incluindo um diálogo necessário e até crítico, apresentamos uma lista com alguns influenciadores digitais que ousam desafiar algumas bandeiras dominantes da visão exploratória do planeta: vozes digitais carregadas de esperança.



Economia

- **@nathfinancas** – Nath traz dicas práticas e úteis para uma vida financeira mais consciente e saudável, especialmente para trabalhadores.
- **@raull santiago** – ativista, gestor de projetos sociais, consultor, empreendedor e influenciador. Entusiasta do protagonismo das periferias brasileiras.
- **@joao_pacifico** – investidor de impacto com foco na área social e ambiental. Apoiador de diversos movimentos sociais.



Comunicação comunitária

- **@rensilva** – líder do “Voz das Comunidades”, Renê busca trazer visibilidade para as periferias, com destaque para o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro.



Luta racial

- **@oyurimarcal** – com humor, Yuri Marçal aborda questões sociais amplas, com destaque para a luta racial.



Meio ambiente

- **@souamandacosta** – mulher negra, ativista da causa ambiental e cofundadora do Instituto Perifa Sustentável.



Mulheres

- **@natalyneri** – Nataly é embaixadora do movimento global #CreatorsForChange que oferece estrutura para que criadores produzam conteúdo engajado na plataforma visando combater discursos de ódio, racismo e xenofobia.



Povos indígenas

- **@txaisurui** – jovem liderança indígena da etnia suruí com reconhecimento internacional. Ela é coordenadora do Movimento da Juventude Indígena.
- **@weena_tikuna** – estilista e ativista indígena, foi a primeira indígena a protagonizar um desfile de Moda no Brasil Eco Fashion Week.



LGBTQIAP+

- **@muropequeno** – Murilo Araújo pauta vivências negras LGBTQIAP+, afetividade e autocuidado, abordando temas relevantes em uma linguagem didática e bem-humorada.

¹ *Big techs* são grandes empresas globais de tecnologia. O termo é comumente usado para se referir ao Google, Meta (dona de Facebook, Instagram, Whatsapp) e Microsoft, por exemplo.

* **Vinícius Borges Gomes** é jornalista, mestre e doutor em Comunicação. É educador e ativista pelos direitos humanos, com destaque para a área das juventudes, além de pesquisar a interface entre comunicação e política.

AGENDA DE PRESSÃO

O DIREITO À CIDADE POR MEIO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR: OS PLANOS DIRETORES E OS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

Por Carol Borin, da Pulso Público

O período eleitoral ainda não começou, mas já é importante aproveitar o momento em que todos são convidados a participar da vida pública para pensar: além de votar, onde mais é possível participar das decisões políticas que acontecem nas cidades?

Na Constituição de 1988, por exemplo, foi aprovado um capítulo da política urbana que permitiu ao país, nas décadas seguintes, ter uma produção legislativa no campo do Direito Urbanístico, abrangendo novos modelos de gestão pública com viés participativo e políticas voltadas à implementação de direitos sociais. A legislação mais importante, nesse período, foi o Estatuto da Cidade, a Lei 10.257/2001.

De forma direta, o Estatuto da Cidade estabelece que todas as cidades com mais de 20 mil pessoas devem idealizar um plano diretor. É justamente por meio do plano diretor que o município pode definir diversos elementos da infraestrutura da cidade, como uso do solo, a criação de zonas especiais, a habitação, o saneamento básico e a mobilidade urbana. A lei também determina, desde 2001, que o plano diretor deve ser feito em colaboração com a população e com associações que representam as comunidades.

Desafios para a participação

Porém é muito comum que a população não seja bem-informada ou que as audiências sejam realizadas às pressas, sem tempo para que as pessoas possam analisar os textos. Em 2023, na maior cidade do país, São Paulo,

por exemplo, foram apresentadas e aprovadas diversas mudanças no plano diretor que atendiam mais às demandas da especulação imobiliária do que às necessidades da população mais afetada pela falta de mobilidade e moradia. A sociedade civil organizada ressaltou que os processos de participação e discussão pública não foram realizados como deveriam e as aprovações foram feitas sem o direito ao debate de qualidade.

A orientação da lei é que a população participe de todas as fases de elaboração do plano diretor, incluindo os processos de implementação, revisão e de controle social, com o Executivo e o Legislativo. Para que isso ocorra, os poderes municipais devem garantir algumas ações, como:

- **Fazer consultas e audiências públicas de debates** com os cidadãos e representantes dos segmentos da comunidade;
- **Tornar públicas as informações e os documentos produzidos;**
- **Tornar acessíveis a qualquer interessado as informações** e os documentos produzidos.

A revisão do plano é feita a cada 10 anos, mas muitas mudanças são propostas para o mesmo período de mandatos dos prefeitos: quatro anos. É preciso estar atento se, nos planos de governo dos candidatos, há intenção de modificação do plano e se o mandato do prefeito eleito coincidirá com a revisão do plano. Muitos interesses estão em jogo em uma revisão de um plano diretor.



Cidade de Aracajú (SE), 2013. Foto: Matthieu Rougé

Outra forma de garantir a participação é identificar as organizações da sociedade civil, como associações de moradores da sua rua ou do bairro, para entender como o plano diretor pode impactar a região e quais seriam os riscos e as oportunidades de atuação.

Orçamento participativo

Outra forma de participar das decisões das cidades é o orçamento participativo (OP), um método de elaboração do orçamento em que a população participa da discussão da receita e da escolha das prioridades de uso do dinheiro público. O orçamento participativo se desenha na prática por meio de assembleias abertas e periódicas, que incluem etapas de negociação direta com o governo e a população. Esse modelo ficou conhecido como o modelo mais direto de participação cidadã.

Em geral, as assembleias acontecem em nível distrital, no qual a cidade é subdividida em várias regiões e, diante de um representante do Executivo (prefeitura) que apresenta propostas, cada cidadão pode votar em qual a sua prioridade para o uso da verba destinada para aquela região. Pode haver alguma variação na metodologia em razão dos recursos e do tamanho do município.

Com a cidade subdividida, cada pequena região elenca suas prioridades, até que toda a cidade possa participar, tendo em vista as diferentes realidades dos bairros. Ao final dessas deliberações distritais, as propostas que melhor tiveram adesão são consideradas pelo Executivo na elaboração da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA), que é enviada ao final de cada ano para a Câmara

Municipal, pois é nela que constará a cartilha de uso do dinheiro público no próximo ano. Na prática, as pessoas discutem e votam diretamente onde será aplicado o recurso público. Pode-se deliberar e destinar os recursos para saúde, educação, zeladoria urbana, cultura, entre outras áreas que são da competência municipal.

O OP permite então compartilhar a gestão pública com a população diretamente, sem intermediários. Quando a cidade possui o OP implementado, a sociedade deixa de simplesmente receber serviços públicos pré-formatados e passa a ter participação na decisão das prioridades que afetam sua vida cotidiana. Iniciativas como o orçamento participativo qualificam a cidadania, pois criam um ambiente democrático e igualitário para a definição de prioridades da gestão pública. Esse julgamento direto sobre a validade da política pública produz efeitos rápidos na resolução de problemas sensíveis aos cidadãos.

Esse modelo brasileiro, inclusive, foi inspiração para outros países, que passaram a adotá-lo. Segundo o Atlas Mundial dos Orçamentos Participativos publicado em 2023, 70 países hoje usam esse método para a elaboração do orçamento público. Uma forma de se fazer justiça urbana por meio da participação de todos.

Fontes de pesquisa:

- minhasampa.org.br
- participemais.prefeitura.sp.gov.br
- polis.org.br
- bit.ly/RCC_09_56
- nossas.org

RETRATO BRASIL



Rio Branco (AC), 2011

VIVER A CIDADE: UM RETRATO ATEMPORAL DO BRASIL

Por Matthieu Rougé*

O Brasil é um país continente, com territórios urbanos tão distintos, mas com características idênticas de Norte a Sul, de Leste a Oeste: são latitudes de afetos, que se apropriam dos espaços e onde o coletivo parece sempre mais forte que as incontáveis histórias individuais.

Em todos os locais nos quais estive, grande parte das vezes me vi acompanhado por personagens marcantes que nasceram nesses territórios e que me permitiram aproximar-me do Brasil da infância deles, muitas vezes desaparecido, afinal este país muda em uma velocidade estonteante. Mas muito ainda permanece e é possível encontrar traços imutáveis: uma arquitetura, um ritual religioso, modos de vida ou agir, uma realidade ou uma prática social.

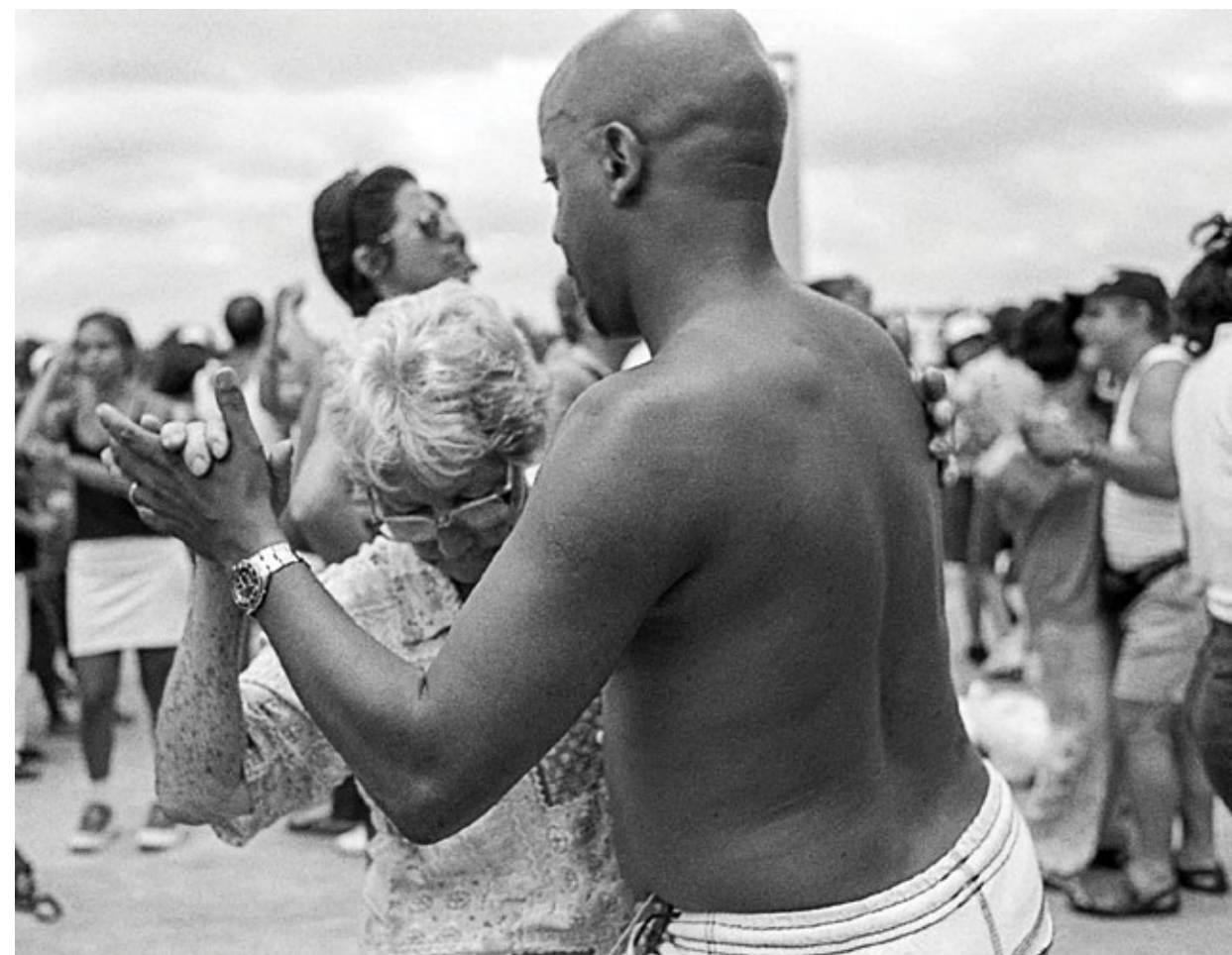
A escolha de imagens presente neste Retrato Brasil busca trazer o meu olhar pessoal, de quem vive no Brasil há 20 anos e já percorreu cada um dos 26 Estados da Federação, alimentado de encontros singulares dentro de uma história em curso.

* **Matthieu Rougé** é francês radicado desde 2004 em São Paulo. Apaixonado pelos Brasis e a fotografia, é diretor, produtor e montador de documentários. Formado em Comunicação e Audiovisual (ESRA – Paris/França), é cofundador do Estúdio Zut e atua principalmente na realização de conteúdos audiovisuais para o meio cultural (museus, fundações, exposições e equipamentos culturais como o Sesc, Itaú Cultural etc.). estudiozut.com



Maceió (AL), 2012

Parque Villa-Lobos (SP), 2003





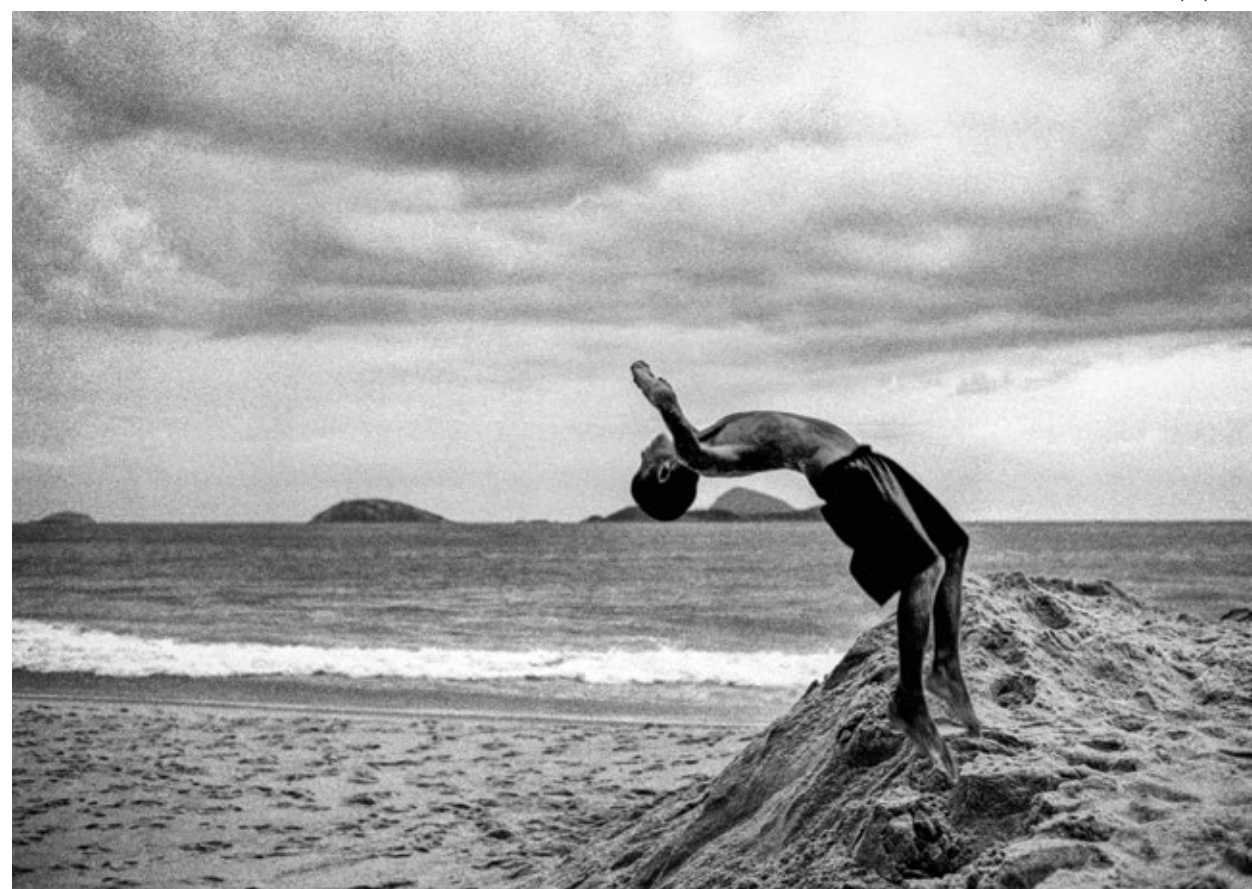
São Luis (MA), 2012



Salvador (BA), 2001



Manaus (AM), 2011



Rio de Janeiro (RJ), 1999



Fortaleza (CE), 2012

Aracajú (SE), 2013



VULNERABILIDADE PODE SER SUPERADA

Acolher, cuidar e defender quem mais precisa é o nosso propósito.

Junte-se a nós para dar oportunidades a milhares de pessoas todos os dias.



Doe Agora



Conheça o Sefras!
Siga nossas redes sociais
@sefras.org.br
www.sefras.org.br



Acesse a Trilha de Saberes da 9ª edição



www.revistacasacomum.com.br

 @RevistaCasaComum

Realização



Coordenação editorial



Apoio



PAULUS
SOCIAL



ABeducom



CASA COMUM